

Ed. Rural
Ass.



ABRIL S.A.

AE-D/004

São Paulo, 28 de janeiro de 1980

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eduardo Portela
Digníssimo Ministro da Educação e Cultura
Esplanada dos Ministérios
BRASÍLIA - DF

Senhor Ministro

Temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência ante-projeto de implantação e execução de um PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PARA A ZONA RURAL, cujo principal objetivo é dar ao homem do campo as condições mínimas necessárias para que ele queira continuar ali vivendo.

Acreditamos que este é o momento oportuno de nos voltarmos para a Educação Rural, oferecendo às crianças e aos adultos que vivem no Campo, uma educação básica, que se oriente por um currículo próprio e adequado, que preveja modalidades de formação especial, voltada para a preparação para o trabalho, para o fortalecimento da organização social e econômica e para o desenvolvimento cultural e comunitário. Entendemos que só através de um programa desse tipo, poderemos corrigir as desigualdades econômicas e eliminar, gradativamente, os fatores que determinam o estado de pobreza e de miséria quase absolutas em que vivem as populações rurais.

Esta é a nossa colaboração ao esforço do Governo, no que tange à solução desse grave problema. Esperamos que o referido ante-projeto sirva de subsídio ao trabalho do Grupo responsável pela execução do "Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural", criado recentemente por Vossa Excelência. Somos daqueles que acreditam que, embora Governo e Empresa Privada, separadamente, tenham feito muito pelo desenvolvimento do País, poderão fazer muito mais no dia em que somarem suas forças, seus recursos, suas experiências.

- cont. fls. 2 -



ABRIL S.A.

AE-D/004

- fls. 2 -

O ante-projeto, que ora submetemos à alta consideração de Vossa Excelência, no nosso entender, não interessa apenas ao Ministério de Educação e Cultura, mas também aos Ministérios do Planejamento, da Agricultura, Saúde, Interior e Trabalho, o que nos leva a pedir sua permissão para encaminhar cópia do mesmo àqueles Ministérios.

Na certeza de que Vossa Excelência dará ao assunto a necessária atenção e o melhor encaminhamento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe as expressões do nosso alto apreço e consideração.

Atenciosamente

Richard Civita
Diretor Vice-Presidente

S U M Á R I O

	Pág.
1. Identificação do Programa	01
2. Introdução	02
3. Justificativa	05
4. Objetivos Gerais	10
5. Metas e Público-Alvo	12
6. Aspectos Conceituais	13
7. Principais Atividades para a Execução e a Implantação do Programa	16
8. Matriz da Integração Institucional	20
9. Níveis de Responsabilidade	21
10. Condições de Realização	22
11. Fontes de Financiamento Prováveis	23
12. Custos	25

1. Identificação

(ANTEPROJETO) - Programa de Educação
Integrada para a Zona Rural

2. Introdução

O Brasil, apesar de seu grande crescimento industrial nos últimos anos, continua sendo um país agrícola. No contexto econômico brasileiro a Agricultura participa com cerca de 11% na formação da renda interna e 45% no nível de emprego.

Verifica-se, pois, a importância do Setor Agropecuário para a economia brasileira, principalmente agora em que vivemos uma crise anacrônica de falta e em carecimento de combustíveis. A Agricultura desponta como a forma mais viável para o Brasil superar esta crise, cujos efeitos à economia popular apresentam-se danosos.

É óbvio que o Governo procure incentivar o incremento do Setor, promovendo o produtor rural através do financiamento da produção, assistência técnica, seguro e organização agrária. A política de apoio à Agricultura e Pecuária assumida pela atual administração visa, fundamentalmente, a consecução de duas metas básicas:-

1. aumento do produto e da produtividade agrícolas, pois a produção média, por hectare, no Brasil apresenta padrões baixos quando comparados com padrões internacionais;

2. melhorar o nível de vida do homem que vive no campo, através da adoção de medidas que possibilitem o aumento do lucro na comercialização dos produtos e, simultaneamente, que parcelas maiores desse lucro, sejam retidas pelas famílias.

São metas diferentes, mas que se complementam mutuamente. O aumento da produção agropecuária deverá aumentar as nossas divisas e, conseqüentemente, a capacidade econômica do país em termos de equilibrar a sua balança de pagamento. Por outro lado, a melhoria da produção deverá estar aliada à promoção de melhores condições de vida no campo proporcionando às famílias camponesas situações de maior estabilidade, colocando ao seu alcance os serviços de saúde, educação, extensão rural, assistência social e outros bens indispensáveis ao desenvolvimento da vida com dignidade e segurança..

Para o alcance dessas metas o Governo brasileiro tem se empenhado e, no que se refere à segunda, ações concretas já foram desencadeadas: - o chamado "Pacote Agrícola", o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, Programas Integrados de Saúde, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Programas de Apoio aos Municípios, são algumas dessas ações que se apresentam com maior evidência.

A preocupação primordial, que hoje desafia o poder público, é a criação de mecanismos que façam chegar ao homem do campo, de forma integrada, todas as ações empreendidas pelas diversas organizações. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação e Cultura tem procurado orientar as iniciativas de criação de um programa amplo de educação para o meio rural, principalmente para as regiões mais pobres do país.

O presente documento sistematiza, dentro das orientações do MEC, um Anteprojeto denominado - Programa de Educação Integrada para a Zona Rural. As propostas apresentadas estão consubstanciadas em algumas recomendações emanadas do próprio MEC, através de documentos como: "Subsídios para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural", "Metodologia de Análise para o Planejamento e Administração da Educação no Meio Rural", "Sistema Integrado de Educação Geral" e de cursos sobre Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das áreas rurais, realizados em Caicó/RN e Garanhuns/PE, todos eles coordenados pela Secretaria Geral do MEC.

3. Justificativa

O planejamento e a implementação de um programa de educação voltado para a realidade rural brasileira, serão empreendimentos importantes para um efetivo desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Está claro ao Governo que a agricultura é e continuará sendo o grande esteio da economia nacional, atuando ainda como fator impulsionador dos setores secundário e terciário. Sem dúvida, desde há muito o Setor Agrícola tem sustentado o desenvolvimento industrial, que na maioria das vezes traz consequências danosas à estrutura agrária e suas relações mais características.

Apesar disto, a Agricultura no Brasil tem se comportado de forma positiva ou seja, a sua participação na geração de divisas é bastante significativa em termos globais. Assim, no que concerne às exportações brasileiras, o montante de receitas vindo da comercialização dos produtos de origem agropecuária é crescente: 18% entre 1970/72; 26,6% entre 1970/73. No período de 1970/77 os produtos semimanufaturados de origem agropecuária evidenciaram uma expansão de 56,9% no volume de divisas. A participação das exportações agropecuárias no total exportado em 1977 ascendeu a 62,6%. O Brasil nos últimos anos passou a ter um mere

cido destaque no mercado mundial e a sua participação nas exportações mundiais de produtos de origem agropecuária passou de 3,5% em 1971 para 4,5% em 1976, com crescimento médio anual de 25%.

Essas cifras são suficientes para configurar a importância da agropecuária no país, não só como geradora de divisas como também uma poderosa fonte de absorção de mão-de-obra.

A partir desta década quando o mundo começa a sentir os efeitos da escassez de alimentos, assistindo à morte diária de milhares de pessoas que simplesmente sucumbiram à fome, a produção de alimentos em grande escala é estimulada. O Brasil, que hoje representa o segundo maior produtor de alimentos do mundo, está ciente de sua missão-política adotada para os próximos cinco anos tem como meta prioritária o aumento do produto e da produtividade agropecuária.

Para aumentar a produção agropecuária a um ritmo crescente é necessário oferecer ao produtor rural as condições indispensáveis à sua permanência no campo podendo ele, desfrutar de um padrão de vida digno, como também poder utilizar de técnicas e instrumentos apropriados à sua terra, sua lavoura ou seu rebanho.

A política hoje fixada assume a perspectiva social do crescimento: o homem do campo - o produtor -

deve ser o grande beneficiário de seu próprio trabalho deixando a sua condição de subempregado. Ao assumir essa perspectiva o Governo decidiu tacitamente, iniciar um processo de modificação do "status quo" vigente na área rural. Sem dúvida, essa decisão é um desafio, considerando a conformação histórica da agricultura brasileira que deu origem a um modelo de organização econômica e social do meio rural marcadamente solidificado e estruturado.

O Anteprojeto que ora se apresenta tem como justificativa principal a implantação dessa política no meio rural. A execução de um Programa de Educação Integrada para a Zona Rural, significa uma das formas de se conseguir levar à frente as metas estabelecidas pelo Governo.

Inúmeras dificuldades vão interceptar o trabalho de execução da política agrícola. A principal delas será o próprio estado de vida das populações rurais, principalmente aquelas do norte e nordeste. É um contingente populacional que vive num estágio avançado de pobreza, com uma renda mensal insuficiente à sua sobrevivência. O nordestino sobretudo, além de sofrer os efeitos de um clima rigoroso, que anualmente assola as plantações, está cercado por uma estrutura de propriedade que não lhe dá espaço. 50% de todas as terras do Nordeste estão nas mãos de apenas 4% dos proprietários.

Esta situação parece comum no Brasil mudando apenas o seu grau de intensidade. Não só a estrutura de propriedade, mas outros problemas de ordem conjuntural poderão anular os esforços do Governo, no sentido de melhorar as condições de vida nas áreas rurais. Será, indubitavelmente, no Nordeste, a região onde esses problemas surgirão com maior força e persistência. Veja-se, por exemplo, que, anualmente, cerca de 200.000 pessoas se deslocam do campo para as cidades nordestinas, onde em 1985, estarão 51,6% da população da região. Se em 1972, havia mais de 1 (um) milhão de subempregos na área não-agrícola, hoje a situação é bem pior. Enquanto a pressão migratória não dá mostras de se reduzir, o ritmo de criação de novos empregos estagnou, com aumentos de 4,4%, entre 1972/73, e 4,2% entre 1975/76.

Dentro deste quadro será preciso chegar ao homem do campo através de ações concretas e abrangentes capazes de atingí-lo em toda a sua plenitude: - um ser que pensa, age e sente. Programas de saúde que não estiverem ligados às ações de educação poderão ser meros paliativos, que estarão fadados ao insucesso. Créditos e financiamentos para a produção serão eficazes se a eles seguir uma permanente atividade de assistência técnica. Executar programas educativos alheios à realidade local e coordenados por profissionais estranhos à comunidade, dificilmente poderão ser o elo condutor de um trabalho coeso e participativo.

Esta proposta visa basicamente, pesquisar a realidade rural brasileira, sua dinâmica, suas relações, seus padrões e, a partir de um diagnóstico geral, montar um programa de educação integrada, capaz de atender aos anseios dessas populações e concomitantemente atingir as metas governamentais para o Setor. O Anteprojeto pretende mostrar os aspectos gerais de "por quê fazer", "o que fazer" e "como fazer" um programa de educação com metodologia, técnica e instrumentos apropriados ao mundo do campo, esse mundo que tanto tem contribuído para a felicidade e segurança de todo o povo brasileiro.

4. Objetivos Gerais

O Anteprojeto pretende ser um instrumento , através do qual a Divisão de Educação da Abril S/A - Cultural e Industrial - e a Projed possam negociar, junto ao MEC e outras organizações ligadas ao tema, as suas bases conceituais, estratégias e custos.

Para tanto, as ações a serem desenvolvidas e que culminarão com a apresentação de um Programa de Educação Integrada para a Zona Rural, inclusive com todo o material didático-pedagógico, têm como objetivos:-

- a) Realizar uma pesquisa de campo para conhecer a realidade sócio-econômica e cultural do meio rural, a nível regional, sub-regional e micro-regional.
- b) Programar os conteúdos curriculares de forma a instrumentalizar os diferentes grupos da população rural a participarem nas atividades produtivas e de comercialização, garantindo-lhes melhores condições de vida.
- c) Criar, confeccionar e testar os materiais didático pedagógicos a serem utilizados pela comunidade de aprendizagem no processo: ensinar - aprender.

- d) Elaborar programas de habilitação e atualização que atendam aos agentes educacionais diretamente nos locais de trabalho.
- e) Elaborar programas, métodos e técnicas de aplicação e confeccionar materiais para a criação do Centro Rural de Ensino Supletivo.
- f) Dimensionar os trabalhos de supervisão e orientação educacional, de forma a manter um permanente esquema de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas na área da educação.

5. Metas e Público - Alvo

O público-alvo do Programa compreende as populações rurais de pequeno e médio porte. São comunidades que apresentam uma concentração de pessoas que varia de 500 a 3.000 mil habitantes.

Considerando apenas as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Programa poderá atender a uma população aproximada de 13.2 milhões, sediada exclusivamente em comunidades pequenas e médias.

Atualmente essas populações, em termos de assistência educacional, possuem apenas o ensino formal que, na melhor das hipóteses, oferece as quatro primeiras séries. Ressalte-se, entretanto, que na maioria das vezes as escolas que funcionam nessas localidades oferecem somente as duas primeiras séries.

Quanto aos demais segmentos que corporificam um processo educacional pleno - educação não formal, educação de jovens e adultos, iniciação profissional e profissionalização - não estão presentes e, diga-se de passagem, pelas formas convencionais, dificilmente se instalará um processo integrado de educação, realmente voltado para a realidade e necessidades básicas do homem do campo.

6. Aspectos Conceituais

As atividades do Anteprojeto, que vão culminar com a elaboração de uma proposta curricular para a área rural, terão como referencial teórico a doutrina de Jean Piaget sobre escola e educação.

Com Piaget introduziu-se na escola os princípios de atividade e necessidade, ou seja, a aprendizagem efetiva se dá pela ação do aluno, através da manipulação de objetos, em atividades práticas exercidas sobre a própria realidade ou sua representação. Por outro lado, o princípio da necessidade despertou a escola para o problema da motivação, a busca da conexão entre a atividade escolar e os impulsos e interesses dos alunos.

Esses princípios fundamentam a interpretação da educação e da escola rurais, de forma marcadamente diferente da atual. A educação é algo que se deve incorporar à vida do homem do campo, não como uma experiência paralela desvinculada do seu cotidiano ou das suas condições de vida. Educar é conscientizar o homem sobre si mesmo, sobre a sua realidade, sua situação como integrante de um contexto sócio-político amplo e dinâmico.

Para tanto, a escola precisa deixar os seus velhos padrões formais de transmitir conhecimentos, algumas vezes conhecimentos alheios à vida e aos costumes vigentes. A escola como instituição, para conseguir incorporar o processo educacional à vida do homem rural, deverá sofrer mudanças profundas; a principal delas será a sua transformação em agência promotora da comunidade. Deverá deixar os seus esquemas de funcionamento exclusivo aos alunos, com períodos definidos, para servir a comunidade não só como aquela instituição que ministra aulas às crianças, mas também, ser o centro das realizações de toda a comunidade: - alfabetização de adultos, ensino supletivo, reunões de agricultores, encontro de jovens, mini-postos de saúde, centros de preparação para o trabalho, de lazer e outros.

Quanto aos métodos e técnicas de ensino, o Programa busca em Piaget os fundamentos para a sua definição. A didática a ser empregada estará condicionada a três variáveis bastante relevantes:-

- a - a evolução da criança determinará uma didática evolutiva vinculada às etapas sucessivamente alcançadas pela criança e adolescente, e que suscitam variações não só de interesses e tipos de atividades, como também de conteúdos;

- b - a estrutura do material a aprender ou seja, a adequação entre a estrutura mental do aprendiz e as propriedades estruturais do que é aprendido;

- c - estratégia do ensino, representada pela metodologia que provoca e estimula a atividade do aluno, através da investigação pessoal e autônoma do aprendiz e a cooperação promovida pela troca intelectual em trabalho de grupo.

7. PRINCIPAIS ATIVIDADES PARA A EXECUÇÃO E A
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

SÍNTESE EXPLICATIVA

O desenvolvimento integral das Comunidades Rurais, com vistas ao atingimento do objetivo básico e fundamental que a Política Sócio-Econômica Nacional lhes destina, terá que encontrar na Educação o instrumento imprescindível e ajustado, fiador e base de sua permanência no tempo e avalista de uma sociedade harmoniosa, humana, produtiva e bem estruturada.

Não se pode esquecer que "A Aprendizagem é fortemente influenciada por fatores que se localizam além dos limites das escolas, portanto no ambiente onde o aluno vive e atua. Desta forma, a construção de uma sociedade desenvolvida exige do Sistema Educacional uma intervenção planejada no ambiente". (Estado do Rio de Janeiro - Secretaria de Educação e Cultura. Projeto do núcleo comunitário de educação, cultura e trabalho de Cordeiro).

Os parâmetros desta intervenção planejada serão constituídos pelos objetivos pretendidos - educa-se para um tipo de sociedade concebida - e pelo conhecimento da realidade de partida - ou seja, da realidade das comunidades abrangidas - e ela ocorrerá através do currículo que se traduz como o conjunto de oportunidades de aprendizagem que a escola proporciona ao aluno, visando sua promoção individual e social, bem como a sua efetiva participação no desenvolvimento da sociedade que se pretende atingir.

O currículo tem pois um sentido de globalidade e de abrangência que o tornam ou devem torná-lo, figurativamente falando, uma criatura gregária, dependente, posicionada dentro de um contexto físico, material e social que o suporta e que permitirá que ele produza o fruto pretendido: no caso, o homem rural da comunidade que se deseja.

Em primeiro lugar, ele se expressará, dentro de um sistema estruturado, coerentemente organizado para alojá-lo e permitir sua livre manifestação, com apoio consentâneo com suas finalidades, controlado e supervisionado de forma a que ele, o sistema, cumpra realmente o seu papel.

Daí a importância da estruturação do Sistema através da organização das redes escolares, partindo das unidades bases, nucleando-as e estruturando-as, com o cuidado em buscar os meios de apoio necessários a que elas sejam vivificadas constantemente e, sobretudo, na montagem de supervisão e orientação educacionais que, em última análise, manterão a unidade, a coerência e a perseguição dos objetivos, sem distorções comprometedoras.

Por outro lado, é essencial que o currículo viva dentro do contexto que se deseja. Ele não representa meramente um somatório de conhecimentos a serem transmitidos ao aluno, através dos conteúdos programáticos; ele se destina a formar o "homem" para uma sociedade e por isto, necessariamente deve harmonizar-se com o "faccies" social

deste homem, buscando as interfaces com os segmentos que o constituem.

Tão importante quanto as outras atividades, a preparação dos recursos humanos que serão os responsáveis pelo desenvolvimento do currículo deverá merecer cuidadosa atenção, bem como será necessário selecionar o material didático-pedagógico, que auxiliará estes recursos humanos em suas tarefas.

Muito sinteticamente, buscamos assim explicar como pretenderíamos chegar a um "PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PARA A ZONA RURAL" que permitisse responder às preocupações, necessidades e objetivos manifestados e definidos pelo Governo Brasileiro, de forma a que o meio rural, a produção primária continuem a desempenhar - e com mais eficiência - o papel que lhe cabe na economia e na organização social do país.

COMUNIDADES RURAIS

ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA

PROPOSTA CURRICULAR

ORGANIZAÇÃO DAS REDES ESCOLARES

MONTAGEM DO APOIO NECESSÁRIO

MONTAGEM DOS SERVIÇOS DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO

ELABORAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

INTERFACES COM OS DEMAIS SEGMENTOS DO SISTEMA SOCIAL

PREPARAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

PREPARAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PARA A ZONA RURAL

AGRUPAMENTO DAS UNIDADES DE BASE

NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL (ESCOLAS INTEGRADAS)

ESTRUTURAÇÃO DOS NÍVEIS DE DIREÇÃO, APOIO E CONTROLE

CENTROS FIXOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

CENTROS SEMI-FIXOS E UNIDADES MÓVEIS

ESCOLAS INTEGRADAS (OU DE ÁREAS)

ESCOLAS DE BASE

VEÍCULOS DIVERSOS

UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADES SANITÁRIAS

INTEGRAÇÃO ESCOLA/EMPRESA RURAL

ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO (NÍVEIS DE COMPETÊNCIA E EXECUÇÃO)

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO (MATERIAL DE ACOMPANHAMENTO)

MATERIAL DE ORIENTAÇÃO

DINÂMICA DO FUNCIONAMENTO

EDUCAÇÃO FORMAL

TERMINALIDADE REAL (ANTECIPADA)

INICIAÇÃO PROFISSIONAL

ENSINO SUPLETIVO

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

PROFISSIONALIZAÇÃO

SAÚDE (PROMOÇÃO E PROTEÇÃO)

TRABALHO (PROMOÇÃO E PREPARAÇÃO)

PROMOÇÃO SOCIAL (MOBILIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO)

CULTURA

DESPORTO

LAZER

CAPACITAÇÃO DOS AGENTES EDUCACIONAIS (SUPERVISORES E ORIENTADORES)

TREINAMENTO DO PESSOAL DE DIREÇÃO (EM TODOS OS NÍVEIS)

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES (POR NÍVEL DE ATUAÇÃO)

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE INSTRUTORES E MONITORES

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AUXILIAR

ENVOLVIMENTO DOS PAIS E COMUNIDADES NAS ATIVIDADES DE DOCÊNCIA E EXTENSÃO DA ESCOLA (NOS VÁRIOS NÍVEIS)

CARTILHAS LIVROS, CADERNOS E GRÁFICOS

PROGRAMA ALFA

SISTEMA DE ENSINO DE CIÊNCIAS (CONJUNTO DE CIÊNCIAS)

BIBLIOTECAS (FIXAS E MÓVEIS - CONJUNTOS DE LIVROS)

MANUAIS DE PROFISIONALIZAÇÃO

MANUAIS DE APOIO E CRIATIVIDADE PARA PROFESSORES E INSTRUTORES

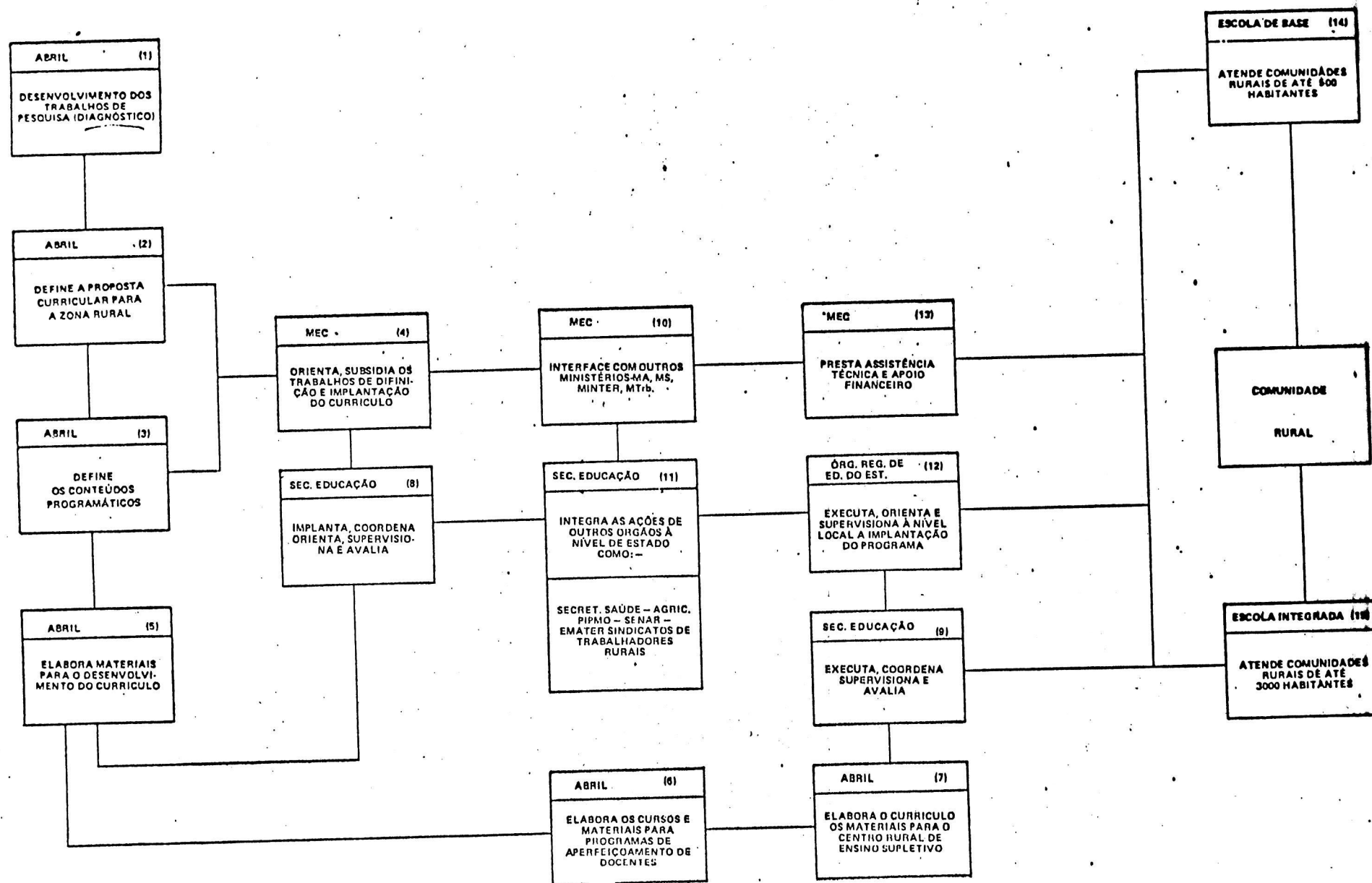
CONJUNTOS PROFISIONALIZANTES

CONJUNTOS AUDIOVISUAIS

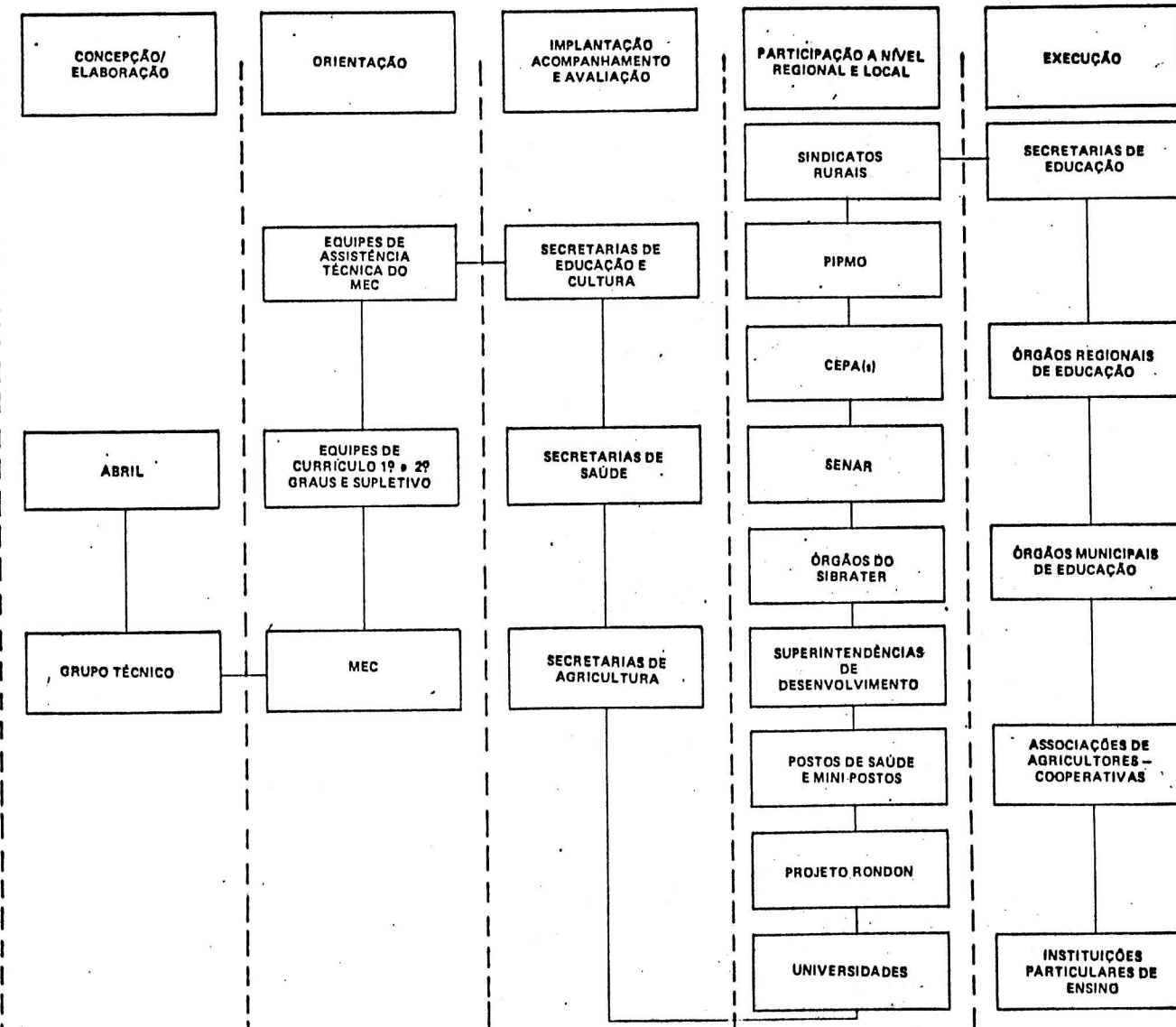
CONJUNTOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

OUTROS

8. MATRIZ DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

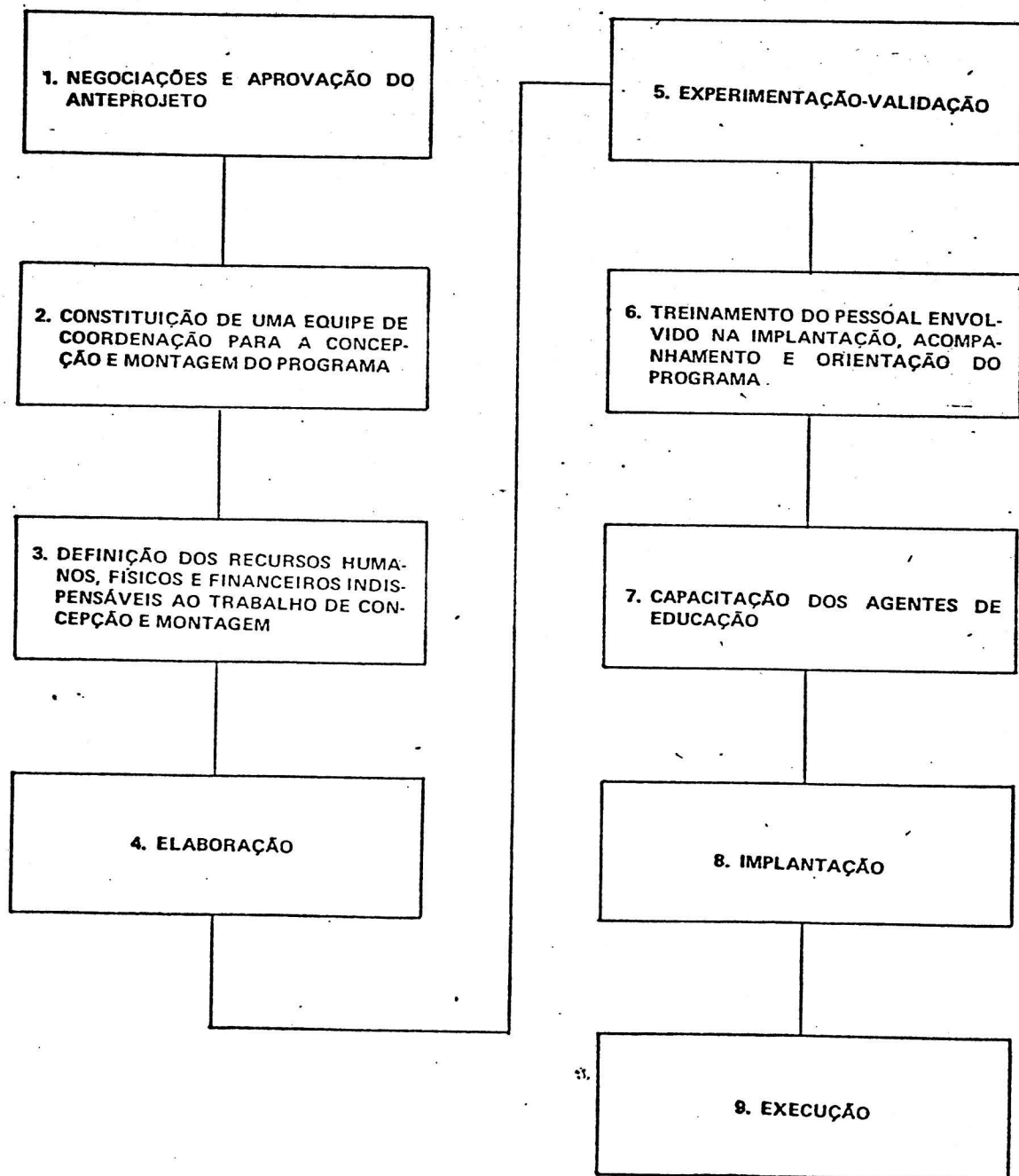


9. NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE



10. Condições de Realização

O Programa para ser concebido, montado e preparado para ser executado em todo o Brasil vai exigir um trabalho que terá os seguintes passos: -



11. Fontes de Financiamento Prováveis

O Programa de Educação Integrada para a Zona Rural atende às metas do Plano de Governo para o período de 1980/85, no que se refere à educação. Ao colocar o Setor Agropecuário como prioridade, o Governo Federal pretende não só o aumento do produto e da produtividade agrícola, mas também, e sobretudo, a melhoria de vida do trabalhador. Evidentemente, melhorar a qualidade de vida das populações rurais significa o aumento dos seus ganhos, e para isto, é condição sine-qua-non a capacitação e atualização da mão-de-obra que representa a força dinâmica do trabalho.

Dentro do contexto da ação governamental, o Programa representa um importante segmento e, portanto, a sua sustentação financeira encontrará respaldo no orçamento específico de cada área envolvida.

Ao se implantar o Programa, as fontes que poderão financiar a sua realização, inclusive porque estas mesmas fontes estão orientadas para participarem de programas desta natureza, são:-

BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

OEA - Organização dos Estados Americanos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da
Educação

. Salário Educação Quota Federal

. Salário Educação Quota Estadual

FAS/CEF - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico e Social. Caixa Econômi
ca Federal.

Fundo de Participação dos Estados

Fundo de Participação dos Municípios

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: Rio Grande do Norte

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Criação de 61 órgãos Municipais de Educação	Feito o diagnóstico da equipe central, a equipe deixou uma boa impressão. Estão capacitados a gerir o projeto. Estão fazendo uma avaliação dos OMES implantados para que as novas implantações sejam feitas com muito realismo. 12/05	- Devolver a indicação de plano esclarecendo como se faz um projeto.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Assistência Financeira a Municípios para Manutenção e Melhoria do Quadro de Pessoal do Magistério	Elaborado o documento, foi enviado ao Secretário para sugestões 12/05	Viagem ao Estado para esclarecimento sobre o Projeto.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Reforço à estrutura organizacional da SEC	Nada feito 12/05	- Informar-se dos objetivos da Secretaria.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Produção, edição e distribuição de material de ensino - aprendizagem para 1ª. série do meio rural	Visitado. Insegurança geral, após a mudança do Secretário. Foi definida a equipe de cartilha. Estão elaborando o que deveriam apresentar 12/05	Visitar a equipe e recomençar tudo com a nova equipe.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Apoio às Escolas Agrícolas	Em diagnóstico as escolas, por uma equipe CENAFOR-COAGRI. 12/05	- Receber diagnóstico e estabelecer programação

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Revitalização do Projeto João de Barro	Visitada a Secretaria pela Técnica Estella Córdova. Dada a orientação necessária à elaboração do projeto. Ficou definida a estrutura do projeto. O esquema é o seguinte: Equipe Central, coordenações intermediárias ou de área e supervisão municipal (1sup. X Município). Ficou estabelecida a participação de 1 representante da Universidade na pessoa do professor Pinheiro 12/05	- Remessa do Plano detalhado dentro de 10 dias. (data prevista 20/05) - Análise

OBS. Verificar a qualidade interna da ação educativa na pauta do sistema.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Produção de Projeto de alfabetização por televisão para utilização em Video - Cassette.	<p>Elaborado projeto original. Visitado TVE pela técnica Candida Albuquerque que revisou o projeto piloto de alfabetização rural por video-cassette. Promovido o entrosamento da TVE com a Universidade e a Secretaria. O custo vai ultrapassar a previsão.</p> <p>A pesquisa que deverá fornecer subsídios à elaboração da cartilha deverá também fornecer informações para a produção do programa. 12/05</p>	<p>Ida de 1 técnico da SEAT para orientar. Sistema de avaliação. Previsão: semana de 12/ a 19 /5</p> <p>Prometem remeter o projeto com as reformulações sugeridas até o dia 25 de maio.</p>

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

12 / 05 / 80

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Desenvolvimento de Educação Produção na área de pesca litoranea do Maranhão. Escola de pesca de Cedral	Foi feita a escolha do local do Projeto, ficando determinado que seria Cedral. Foram feitos contatos com o pessoal da SUDEPE e da Universidade para construção da equipe básica. Foi contratado no Ceará um técnico que elaborará o projeto. 12/05	Diagnóstico Sócio-Econômico de Cedral. Elaboração do Projeto com data prevista para 31 / 07 / 80.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Implantação de órgãos Municipais de Educação em 48 Municípios.	Diagnosticada a equipe central. Visitado um OME - Rosário. Detectadas deficiências técnicas no processo de implantação, sobretudo mecanismo de controle. Dificuldades de financiamento do sistema - recursos. Foi visitado o ETAM que se prontificou - colaborar na implantação dos 48 órgãos /12/05	Elaboração do Projeto, não ficou definida data. Pressionar neste sentido cobrando inclusive cronograma.

Necessário redefinir a estrutura e o funcionamento dos OMES para o Estado do Maranhão. Feita esta reformulação, treinar a equipe.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Construção e equipamento de Escolas - Fazenda no interior do Maranhão	Enviada uma equipe para diagnóstico das regiões visitadas: Shigheo (CENAFOR) e Luis Fernando (COAGRI). 12/05	Definir a programação a partir do diagnóstico.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VI	Produção e impressão de livro de 1ª. série.	Visita de técnico de PRONASEC. Apresentação do desafio. Saída do Secretário. Mudanças da equipe. Elaborado um cronograma. Visita do Gerente. Equipe continua dúbia. Falta uma liderança. Resta definir a liderança. 12/05	Cobrar fechamento do Projeto. Se for impossível mandar o Carmo lá. Aproveitar a ida da Mochel a João Pessoa e fechar a motivação e a programação de trabalho da equipe.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VII	Implantação de Escolas Hortigrangeiros para menores carentes na zona rural do Município de Passo do Lumiar	Foi escolhido o Município onde se localizará o projeto. Foi assinado o contrato de Elaboração do Projeto JART. 12/05	<ul style="list-style-type: none">- Escolher o terreno em Passo do Lumiar- Enviar a equipe para iniciar o projeto

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: MARANHÃO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VIII	Assistência financeira a Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal do Magistério	O projeto vai ser desenvolvido pela Coordenadoria de projetos especiais. Com a mudança de Secretário, ficou estabelecida a meta para execução do Projeto. 12/05	<ul style="list-style-type: none">- Pedir ao Secretário que escolha um responsável especial pelo projeto.- Mandar vir este coordenador a Brasília para receber instruções.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Elaboração de Materiais de Ensino Aprendizagem para a 1a. série rural - Alfabetização	Visitado pela Sedy. Apresentado o documento de orientação. Definida a coordenadora: Selma 12/05	Elaborar o projeto e ajudar na seleção do material de campo.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Apoio financeiro aos Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal do Magistério	Elaborado o documento, foi enviado Estado solicitando sugestões 12/05	Viagem ao Estado para orientação.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Ampliação de 1 coordenadoria em S. Miguel ou Passo de Camarogibe	Nada - Aguardando definição da Secretaria de Educação 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Apoio ao Projeto, Pesca (para 10 Municípios)		Visita ao Estado nos dias 14 e 15.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Assistência financeira a Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal do Magistério	Remetido o documento base, aguarda-se instrução 12/05	Visita ao Estado para orientação.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: ALAGOAS

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VI	Apoio a construção de Colégio Agrícola em Arapiraca	Visitado pelo Gerente. Diagnóstico pelo Larrubia. Revisitado para análise de solo. Preparação do Projeto. 12/05	Aguardar o projeto do Larrubia

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PIAUI

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Implantação dos Orgãos Municipais de Educação	Visita de verificação da situação da Secretaria. Os programas ligados aos Municípios tem uma coordenação com 30 pessoas para Polonordeste e ProMunicípio 12/05	Ida da Marisa ao Piauí

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PIAUI

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Fortalecimento do Sistema de Coordenação do Promunicípio	Nada feito 12/05	Enviar instruções

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PIAUI

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
.III	Implantação da estrutura intermediária com montagem de 5 delegacias Regionais	Definidos os locais. Falta orientação. Retirar Terezi na do Projeto 12/05	<ul style="list-style-type: none">- Falar com a SERMO para bolar este modelo- Ir a Terezina motivar a equipe e dar assistência técnica para elaboração do Projeto

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PIAUI

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Produção e edição de material de ensino - aprendizagem para a 1a. série da zona rural	Visitado o Estado pela Cleo. Equipe instalada insatisfatoriamente. Falta redefinir a equipe e dar maior orientação. 12/05	Escolher um consultor para acompanhar o projeto durante 30 dias se possível.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PIAUI

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Assistência financeira a Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal do Magistério	1 - Elaborado o documento de orientação para execução 2 - Enviado a Secretaria aguardando comentários 12/05	- Ir a Teresina, sentir a estrutura de execução, assessorá-la

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: CEARÁ

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Assistência financeira aos Municípios para Manutenção e melhoria do grupo de pessoal do Magisterio	Enviado, documento de orientação, visitado pelo Gerente. O Coordenador do Projeto levantou todas as dúvidas e acatou o processo sugerido 12/05	Aguardar o processo das Prefeituras para análise dos requerimentos.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: CEARÁ

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Elaboração de material de ensino - aprendizagem para a 1ª. série da zona rural	<ul style="list-style-type: none"> - equipe pronta - cronograma idem - autorização para incluir gravadores e fitas para o levantamento - definição e exigência de tempo integral para a equipe elaboradora - integração do grupo - Lucineide e Márcia - Só necessidade de assessoramento técnico periódico - (ou quando aparecerem dificuldades concretas) - vão mandar o plano de aplicação. 12/05 	<ul style="list-style-type: none"> - encontro em João Pessoa ver como estão e de que precisam - acompanhar a seleção de palavras, imagem e significados para elaboração ^{de livro de alfabetização} material de apoio e orientação ao professor.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: CEARÁ

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Construção de edifício-Sede das Delegacias Regionais (3)	Visitado, vista a minuta do Projeto, autorizada a licitação para ganhar tempo <i>12/05</i>	Receber o Projeto da Secretaria e liberar os recursos de acordo com o cronograma.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: CEARÁ

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Desenvolvimento de Colônias de Pesca - profissionalização na orla marítima.	Escolhido o local - Praia do Mundaú. Escolhido um técnico para acompanhar e montar o projeto. Identificado o grupo com Pedro Jorge, Saraiva e Teresa (?) 12/05	- Enviar instruções ao Pedro Jorge, para dar andamento.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: CEARÁ

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VII	Apoio as Escolas Agrícolas	Efetuado o diagnóstico 12/05	Avaliação

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PERNAMBUCO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Apoio às Escolas Agrícolas	Em diagnóstico 02/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PERNAMBUCO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Elaboração de textos e de material de apoio a alfabetização de crianças da zona rural	<ul style="list-style-type: none"> . equipe formada vão utilizar os dados da pesquisa participativa (ênfase no material visual - e aspectos sócio-econômicos - . leitura e discussão do documento - cronograma pronto - . vão necessitar de assistência a nível da confecção das lições da cartilha e do material complementar . vão ao encontro: relatar pesquisa participativa e como o material será usado na pesquisa 12/01 	<ul style="list-style-type: none"> . a equipe voltará a campo para complementar universo de experiência e, principalmente linguagem . encontro em João Pessoa

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PERNAMBUCO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Cooperação técnica e financeira aos Órgãos Municipais de Educação	Nada feito Aguardando definição da SEC 12/05	Viagem ao Estado para orientação

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PERNAMBUCO

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Administração e coordenação do projeto	Nada - Aguardando definição SE 12/05	Aguardar manifestação do Estado

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Ass. fin. à Escola de Catolé do Rocha	Em diagnóstico 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Reformulação do sistema de Supervisão	Nada, nenhuma informação 12/05	obter informações

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Apoio técnico a nível de estrutura da SEC	Nada nenhuma informação 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
.IV	Desenvolvimento de Cultura Rural envolvendo:	Visitado o Estado pela técnica Ana Roland. Política de preservação, equipe muito laboriosa. 12/05	- Ficaram devendo o projeto. Aguardar e estimular

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Assistência financeira aos Municípios para melhoria do quadro de pessoal do Magistério	Elaborado o documento foi enviado ao Estado para que este apresente sugestões 12/05	Visita ao Estado para orientação

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Assistência financeira ao Município	Enviado o documento de orientação. Aguardando comentário 42/05	- E um técnico para ajudar a implantação do Projeto.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: PARAIBA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VI	Produção e edição de Material de Ensino - Aprendizagem para o meio rural	Terminada 1 cartilha. Estão fazendo + 1 cartilha. O projeto financiará. 12/05	- Pedir o projeto para fins de apoio financeiro.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Construção e equipamento de (01) sede de coordenadoria	Plano elaborado e em análise pelo PRONASEC / RURAL 12/05	Liberação de recursos

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Implantação do sistema de supervisão em 20 Coordenadorias Regionais	em análise 12/05	liberação de recursos

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Distribuição de mobiliário escolar para 335 Municípios	Plano no MEC para análise 12/05	liberação de recursos

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Assistência financeira a 335 Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal	Documento de orientação elaborado. Remetido aos Estados Aguardando comentários <i>12/05</i>	<ul style="list-style-type: none">- Analisar as proposta do Estado.- Visitar o Estado para orientação

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
V	Elaboração de Material de Ensino Aprendizagem	<p>3 volumes de proposta curricular 1 volume Prontedão para alfabetização 4 módulos alfabetização crítica Crítica do material-em fase de avaliação</p> <p>(Observação: material tem " espírito ruralista" mas não apresenta universo de experiência e linguagem rural -) 12/05</p>	<p>Discutir se faz outra cartilha ou se acompanhamos a avaliação desta</p> <p>- para o encontro vão relatar a elaboração do material - (com 3 equipes inter-seccionadas)</p>

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VI	Implantação de 156 OMES	Projeto recebido do Estado. Em análise pela Marisa 12/05	- Discutir o projeto e elaborar processo de liberação de acordo com o cronograma.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VII	Mobilização Cultural etc	Projeto recebido. Em análise por Ana Maria Roland 12/05	Discutir e aprovar

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: BAHIA

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VIII	Implantação de estrutura de auto-sustentação em 02 Escolas Agro-Técnicas	Diagnóstico através de 2 técnicos 12/05	Análise de relatório dos técnicos e propor formulação de projetos

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
I	Elaboração de material de Ensino-Aprendizagem	Visitado pela ^{Sedy} Cedy. Equipe instalada. Dificuldades resultantes apenas do esquema de centralização de poder do André. Cronograma estabelecido 12/05	Conferir a situação da equipe no encontro Acompanhar o cronograma

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
II	Fortalecimento das equipes técnicas da SEC	Nenhuma informação 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
III	Fortalecimento do sistema de supervisão. Contrato de professores e Orientadores de área	Nenhuma informação 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
IV	Assistência financeira a Municípios para manutenção e melhoria do quadro de pessoal do Magistério	Elaborado o documento base e remetido ao Estado. 12/05	Aguarda-se resposta dos Estados Viagem ao Estado para orientação.

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
. V	Elaboração do material de geografia para a escola primário de Sergipe	Nenhuma informação 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: SERGIPE

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VI	Treinamentos etc.	Nada - 12/05	

ESTADO ATUAL DOS PROJETOS

ESTADO: _____

Nº DO PROJETO	EMENTA	HISTÓRICO	PRÓXIMA ETAPA
VII	Aquisição de 10.000 carteiras	Projeto apresentado e aprovado. Licitação feita. Verba autorizada ao FNDE e Remetida (?) 12/05	Conferir a distribuição e documentar-se com levantamento fotográfico e correspondência

Ed. Rural

PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS
E CULTURAIS PARA O MEIO RURAL

REFLEXÃO SOBRE CULTURA LOCAL E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR EM ÁREAS
RURAIS

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural, através de documento base, enfatiza a importância da integração das populações rurais à sociedade brasileira, dando-lhes acesso aos bens sociais; opta, por isso, por desenvolver uma estrutura mais dinâmica e flexível, com capacidade para atuar segundo as condições peculiares de cada região, para polarizar, na direção dos objetivos, órgãos e instituições que não se restringem à estrutura educacional exclusiva.

A partir da constatação concreta de que o setor educacional isoladamente não contribui necessariamente para solucionar as carências do homem no meio rural, um programa educacional a ele pertinente deve promover ações no sentido de que a escola seja capaz de contribuir para que o educando rural perceba sua realidade e o potencial de ação que está em si e no seu meio. Como indicam as diretrizes do III PSEC "educação é direito fundamental e basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente, na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania".

Por outro lado, de modo veemente, muito tem-se exaltado a necessidade e a importância da integração escola - comunidade, de oferecer ao educando instrumentos que o levem à identidade cultural, a situar-se na sua cultura, como agente e participante. Mas isso tem sido mais verbalizado do que objeto de ação concreta efetiva. Também a esse respeito, é sempre bom não esquecer que "importa pensar com as comunidades da pobreza os seus problemas e as suas soluções" (documento do Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural).

A partir desses pontos, procuramos encaminhar' reflexão e, na medida do possível, sugerir estratégias de ação, a respeito dos Projetos da Direção I (Educação-Integração) do Programa, especificamente DI-101 - Elaboração de Currículos Regionalizados e da Direção III, Educação-Cultura, na medida em que esta direção se insere como uma constante no contexto das ações catalogadas nas demais direções.

Uma das formas de "chamamento" à comunidade rural para assumir sua identidade, suas peculiaridades de agente e participante, é através da escola portadora de características multifuncionais. A escola passa a receber das comunidades, que compõem a constelação municipal rural, uma valorização altamente positiva que a coloca numa posição de respeitabilidade. Essa respeitabilidade que lhe garante o manejo e a instrumentalização da ação social no sentido de emitir impulsos sobre a coletividade e formular respostas adequadas. Isto ocorre quando a escola é por esta estimulada e pressionada para acelerar a geração da educação-cultura como um benefício social que é crescentemente demandado para consumo.

A educação assume proporção que a faz ~~em~~ extrapolar do contexto escolar para a amplitude de uma atuação socialmente integradora da população não diretamente sujeita a seu raio de ação. Deste modo, a escola tende a desempenhar a importante função de impulsora da formação de um pensa -

mento renovador e de um engajamento comunitário que ultrapasse os limites de sua intramuralidade.

Isso implica numa redefinição do conceito de escola, na prática ainda baseado no trinômio sala de aula - professor - programa. A possibilidade dessa redefinição é encarada como viável pela prática efetiva da educação permanente, na perspectiva de que esta é, por sua abrangência, o ambiente próprio da cultura, de que "o desenvolvimento cultural oferece o condicionamento próprio da educação permanente e fomenta os valores participativos da sociedade, que, ao lado dos traços da identidade, cultivam as peculiaridades criativas locais" (III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto). A perspectiva da educação permanente tem como base a necessidade de desconstrair a escola e desformalizar a educação. "O ideal do desenvolvimento permanente se coloca, não porque exista uma escalada perfeita, mas - ao contrário - porque surgem imperfeições de sobra, que impelem a retomada constante do processo" (Pedro Demo, "Deseducação Permanente", set. de 1979, MEC-BSB, p.3).

Como pode o processo educacional partir para esta desconstrução e desformalização, no sentido de recuperar a unidade educação-cultura a partir das exigências do universo rural? Acreditamos que as atividades culturais, regionais e locais, peculiares ao mundo rural, como expressão de sua luta pela sobrevivência, devam ser, não só o ponto de partida, como a constante de todo o processo educacional para se chegar à integração concreta escola - comunidade rural.

No documento da Política Nacional de Cultura da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, são indicados como objetivos estratégicos e específicos, entre outros:

- o encontro de formas adequadas de preservação dos aspectos regionais da cultura brasileira, sem prejuízo do fortalecimento dos traços nacionais;
- a promoção do conhecimento, a divulgação e a

preservação de contribuições folclóricas à cultura nacional, da linguagem popular e das diversas contribuições étnicas à formação da cultura brasileira;

- a generalização do acesso à cultura, tanto no que se refere ao consumo, tanto no que toca ao estímulo à criação, ao favorecimento da produção de bens culturais novos e ao desenvolvimento das potencialidades criativas do povo.

Para a consecução desses objetivos a Política Nacional da Cultura deverá contar, entre outras estratégias, com:

- ensino sistemático da língua, da literatura e dos fundamentos da cultura brasileira no 1º e 2º graus;

- atividades, ao nível do ensino de 1º e 2º graus, capazes de criar desde a infância o gosto pelas manifestações folclóricas e de arte popular em geral, pela música, a dança, o teatro e as artes plásticas, enfatizando-se o ensino das tradições brasileiras nesses setores da atividade humana.

E deverá considerar:

- a análise dos currículos escolares de todos os níveis pelos Conselhos Estaduais de Cultura, a fim de se verificar sua adequação à realidade cultural de cada região, recomendando-se a inclusão neles de atividades e programas que garantam a valorização, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural dos estados e do país.

PROPOSTAS E SUGESTÕES

Na perspectiva aqui desenvolvida de que a cultura rural local é o ponto de partida e a constante de todo o processo educacional que se pretenda voltado para as necessidades do homem do campo, na urgência de estratégias mais imediatas de ação objetivando que a organização sócio-cultural regional e local sejam determinantes da própria organização curricular das escolas, propõe-se:

I - Articular Programa Rural/SEPS/SEAC (I Programa Nacional de Desenvolvimento Cultural) para planejamento de ação conjunta visando articulação com Departamentos de Educação e de Cultura das SEECs estaduais nordestinas (no primeiro momento do Programa Rural), Coordenadoras intermediárias (onde houver) Organizações Municipais de Ensino, e Universidades, para levantamento das singularidades regionais e elaboração de estratégias de ação que promovam, através das estruturas curriculares escolares, os atributos, qualidades e peculiaridades culturais das diferentes comunidades rurais.

II - Indicar, no momento da articulação do item I, estratégia de ação junto ao professorado das escolas rurais e também junto ao sistema de supervisão do Nordeste.

Como indica o Documento "Currículo para o Meio Rural" do Programa Rural, o funcionamento da escola rural depende basicamente da existência de uma professora, geralmente de muito pouca escolaridade, sendo a atenção à professora elemento desencadeador de muitas outras mudanças.

De acordo com a orientação já proposta em documentos do Programa para o Meio Rural, devem-se buscar uma simplificação na utilização dos meios administrativos, uma comu-

nicação didático-pedagógica a mais simples possível, sem perda de sua substância. Coerentemente, então, ^o nos dirigirmos ' ao professorado rural, a estratégia não deveria ser, fundamentalmente, mostrar-lhe conteúdos abordáveis nas escolas rurais.

Deveria essa estratégia, principalmente:

- 1 - frisar uma metodologia ativa que, mais do que qualquer conteúdo, mobilizasse o aluno a participar do seu próprio processo de aprendizagem;
- 2 - levar ao professorado a proposta de estimular os alunos a fazer e descobrir, através de condições e situações criadas não só pelos professores, mas principalmente por eles mesmos alunos;
- 3 - apresentar um novo modo de trabalhar em sala de aula, uma metodologia ativa, através de exemplos de situações simples e concretas de trabalho, em sala de aula, e com a comunidade, tendo a cultura local como elemento sempre presente, a ser levantado e dinamizado de modo constante;
- 4 - perseguir a superação do ensino tradicional, geralmente constatado na maioria das escolas: a metodologia proposta deve se contrapor ao ensino verbalista e teorizante, que conduz à memorização, à educação de caráter ornamental. Podem ser sugeridos blocos de atividades des girando em torno da resolução de problemas, projetos de ação prática: isso implica na apresentação do problema sob forma prática, isto é, referindo-se à satisfação das necessidades vitais e recreativas do homem. Podem ser propostos como fios condutores das atividades, "situações-problema" (situações em aberto) referidas a temas como saúde, trabalho, o lúdico-artístico, a comunicação, tomando sempre a cultural local como ponto de partida para aguçar o interesse por outros ambientes;

5 - frisar que são intrínsecos a esse tipo de proposta o trabalho e discussão em equipe, como veículo de desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade criativa. Sem este mecanismo de socialização poderíamos cair no ensino tradicional ou, então, na chamada "Didática da Escola Ativa", o fazer pelo fazer. Os problemas deverão despertar o interesse e desencadear a ação de alunos, professores, da comunidade. No ato de fazer, os problemas deverão ser confrontados com a realidade concreta e ser, então, escolhida a alternativa de, nesta realidade, executar algum projeto; o controle e a organização serão cooperativos e estarão nas mãos do grupo;

6 - indicar, em síntese, que num currículo aberto e flexível, o objetivo final não é a acumulação de conhecimentos, porque esta é complementar; visa-se uma ação social inteligente e a maturação individual; o aperfeiçoamento da experiência própria de cada um num contexto imediato global e total; "um conjunto de ações que a escola rural promove para o desenvolvimento de seus alunos" (Documento "Currículo para o Meio Rural");

7 - sugerir materiais, atividades e metodologias para ajudar no desenvolvimento do processo educacional a nível local, de forma a apontar um modo simples que permita à professora e ao aluno organizar situações de aprendizagem que não dependam do uso exclusivo da palavra, do quadro negro, do caderno etc, e que tenha em vista o aproveitamento de pessoas e recursos da comunidade, como parte das experiências a serem desenvolvidas.

III - Idéias para a sugestão de atividades, possíveis problemas ou áreas de interesse dos alunos e das comunidades rurais que a professora poderá tornar como ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho:

1 - as atividades, centradas em componentes culturais locais, poderão girar em torno de "situações-problema" que se vinculem a temas amplos como SAÚDE, TRABALHO, LÚDICO-ARTÍSTICO e COMUNICAÇÃO, tomados como fios condutores do processo educacional a ser desenvolvido;

2 - para que essas atividades não percam o necessário vínculo com a cultura local específica, devem ser sistematizadas de modo a ter em vista três etapas básicas:

Etapa I - Levantamento e exploração das necessidades, interesses e problemas dos alunos e da comunidade.

Exploração ampla dos problemas, interesses e necessidades cotidianos que os membros do grupo enfrentam, tentando-se analisar quais são aqueles que poderiam ser explorados como área comum de concentração do grupo, dividindo-os pelos quatro temas ou fios condutores acima referidos.

O papel da professora é sempre o de ajudar no processo de identificação e análise; professora é animadora e participante no processo, é enriquecedora das situações propostas, sendo assim seu papel bastante redefinido.

Através de, p.ex., trabalhos criativos, jogos e brincadeiras, discussões, questionários com perguntas e diálogos simples para os alunos entrevistarem pessoas da comunidade, as atividades poderão levar à identificação e análise das necessidades e problemas básicos.

Etapa II - Desenvolvimento das atividades.

Interessa aqui a atividade em forma integrada e global de modo a facilitar a decisão conjunta do aluno e da professora sobre o que fazer e por quê.

Deve-se assinalar que:

- 1) o rascunho inicial pode ser preparado de antemão pela professora, como sugestão, para discuti-lo com os alunos, revisado e aperfeiçoado por eles;
- 2) as atividades devem ser reunidas em bloco, a partir dos fios condutores já referidos, por exemplo; o que não significa que são realidades estanques saúde tem a ver com os demais e vice-versa; esses fios condutores se pretendem recursos de sistematização mais vivos e, por isso, mais concretos.
- 3) devem possibilitar diversas oportunidades de trabalho: individual, com um companheiro, em pequenos grupos ou grupos maiores, incluindo os membros da comunidade de todas as faixas etárias e especialidades;
- 4) a natureza, o tempo e localização das atividades devem ser variáveis. Algumas podem utilizar um ou vários períodos de aula; outros devem se integrar ao tempo fora da escola, sem que o material desta seja indispensável.

Etapa III - Avaliação.

A verdadeira avaliação é um processo contínuo, presente em todo o desenvolvimento dos blocos de atividades. Cabe aqui pensar em sugerir alternativas de avaliação que, podendo incluir recursos formais do sistema tradicional como provas e exames, levem a que estes últimos sejam uma parte do processo global e não o dominem de forma exclusiva, como tem ocorrido até agora.

As alternativas de avaliação podem ser pensadas em termos:

- a) das que servem de meio para revisar as

- idéias centrais dos blocos de atividades;
- b) das que auxiliam a avaliar o trabalho do aluno, da professora, do trabalho conjunto com a comunidade dentro dos próprios blocos de atividades.

IV - É fundamental ter em vista que a dinamização e continuidade desse tipo de proposta de trabalho depende de modo imprescindível:

- 1 - de se criarem mecanismos explícitos de não só envolvimento, mas participação efetiva dos elementos da comunidade;
- 2 - da organização de grupos de trabalho (Programa Rural, Departamentos das SEECs, Universidades, Coordenadorias e demais grupos e instituições já referidos no item I) para estudos de aspectos pertinentes à elaboração, avaliação e enriquecimento das propostas iniciais, de questões a serem revistas como o calendário escolar, a seriação, os critérios de aprovação etc.
- 3 - da elaboração integrada de projetos parciais com alcance global (Programa Rural - Currículo, Biblioteca, Livro, Cartilha, OMEs etc - SEAC, SEPS, PROMUNICÍPIO, Universidades etc);
- 4 - da preparação de agentes multiplicadores, do favorecimento e estímulo a lideranças que já atuam ou que virão a atuar nas comunidades;
- 5 - da viabilização de um plano de assistência às unidades da rede escolar com vistas à programação e execução das propostas para os anos educativo - culturais posteriores; é condição prévia a essa viabilização

o envolvimento e a participação das "estruturas intermediárias" tais como delegacias, coordenadorias desde o começo da indicação da nova proposta de trabalho. Delegacias, coordenadorias, núcleos comunitários deverão transformar-se, gradativamente, não só em bases físicas geradoras do processo, mas em forum por excelência do contacto direto dos grupos, centros de pulsação da vida comunitária; responsáveis não apenas pelo que ocorre nas salas de aula, mas pela coordenação das diversas agências responsáveis pela implementação do lazer, da saúde, do trabalho, das diversas atividades culturais. A pretensão é inocular nos grupos de liderança o espírito de agente atualizador das expectativas de mudança; é o desenvolvimento de um processo educativo que não se restrinja a crianças e adolescentes, mas se estenda a todos os grupos da comunidade;

6 - do fortalecimento das ações de treinamento dos recursos humanos, especialmente professoras e supervisores, voltando-as para as novas propostas.

Tais condições esbarram em obstáculos, alguns já previsíveis:

- a concepção clientelística ainda imperante;
- a inércia do sistema educacional;
- as dificuldades de mudar a mentalidade dos que irão implementar as novas propostas: p. ex. professores, em geral, não confiam na capacidade do aluno em sugerir atividades, têm medo de fugir do "programa" e depois este lhe ser cobrado; as atividades com a comunidade são vistas por eles e por boa parte das autoridades educacionais como "repetir na sala de aula o que os alunos já fazem"; atividade cultural local é encarada pela maioria ou como acessório, mera animação ou diversão, em contrapartida à educacional, sinônimo de disciplina, adiestramento e incorporação de conhecimentos.

De qualquer modo, isso não invalida que se enfrente tais obstáculos perseguindo a criação de uma mecânica

que permita diálogo entre planejadores, implementadores, executores, os atingidos, de modo a mostrar que todos têm idêntica importância no atingimento dos objetivos fixados no sentido de desconstrair a escola, desformalizar a educação, recuperar a unidade educação-cultura, a partir das exigências da população rural, de suas atividades culturais peculiares como expressão de sua luta pela sobrevivência. Como "quem mais sabe de suas necessidades é o necessitado", esse diálogo, para que não expresse, mais uma vez, intervenções soberanas que, acima de tudo, consolidam as desigualdades, tem que se consubstanciar numa troca de saber, na qual planejadores devem assumir a posição de catalizadores e sistematizadores das informações, para que a participação dos interessados não se reduza ao discurso verbal, e se dilua no plano de considerações, tais como as de tipo populista.

V - Observações.

1 - Para as indicações sugeridas nos itens II e III, poder-se-ia, como ponto de partida, levantar e selecionar atividades que já foram ou estão sendo desenvolvidas em projetos para Área Rural, como, p.ex., "O Ensino por atividades nas Escolas Rurais", projeto da SEEC-Rj, em convênio com o DEF-MEC, 1975-1978, o projeto da Universidade de Passo Fundo; o projeto "A Praça" da SEEC-Rj, através dos Departamentos de Cultura e Educação, os Projetos da Universidade Federal da Paraíba, de Campina Grande, projetos de Desenvolvimento Cultural já implantados em Salvador pela SEAC e outros.

2 - Para reflexão das questões de implantação de currículo aberto ou flexível e da participação da comunidade em comissão de organização curricular, seria útil discutir experiências como o Projeto de Educação Ambiental da Ceilândia, SEEC-DF, por exemplo.

Nancy Alessio Magalhães

Novas

Arg. 1980

EDUCAÇÃO RURAL NO CONTEXTO DE UMA REGIÃO

- Necessidades e perspectivas -

MARIA JULIETA COSTA CALAZANS

Rio de Janeiro, maio de 1980

EDUCAÇÃO RURAL NO CONTEXTO DE UMA REGIÃO

- Necessidades e perspectivas -

Maria Julieta Costa Calazans*

Tratar de propostas educativas levadas às áreas rurais envolve aspectos intrínsecos à discussão da ação educacional. Deve-se considerar que a educação, por um lado, como processo social, se exerce num contexto econômico-político e, por outro lado, que o ato educativo está no todo do projeto de vida do homem na sociedade.

Pretende-se neste estudo ressaltar alguns pontos para os quais parecem apontar as preocupações de muitos que trabalham com a educação rural: satisfação das necessidades fundamentais do homem; relações de trabalho no sistema produtivo; relação de dependência dos programas de educação rural; educação como ato de participar.

A. Satisfação das necessidades fundamentais do homem

É fato histórico a busca constante pelo homem da satisfação das suas necessidades básicas, seja atuando diretamente na natureza, transformando-a na prática do dia-a-dia, para apropriar-se dos bens gerados, seja desenvolvendo formas de convivência com os outros homens. É também fato histórico fundamental que a ação de satisfazer necessidades faz aflorarem novas necessidades num contínuo permanente na vida. Necessidades são parte de um processo que leva o homem a inovar, a criar, a construir. E o ato de construir deveria ser para o homem um meio de participar como agente responsável.

* Professora do Instituto de Estudos Avançados em Educação-IESAE da Fundação Getúlio Vargas.

B. Relações de trabalho no sistema produtivo

As necessidades básicas do homem estão intimamente relacionadas com a dimensão trabalho. No mundo rural, os modos de produção e as relações de trabalho são centradas em interesses que estão fora do agente principal - o trabalhador.

Deve-se atentar para o fato de que ao se admitir o antagonismo: mundo rural e mundo urbano - campo e cidade - já se aceita a mais forte divisão do trabalho, ou seja, a separação'' entre os que produzem as matérias-primas básicas e os que delas se apropriam nos mais diferentes tipos de usos - de transformação, de comercialização, etc.

O processo produtivo no campo quando efetivado de forma rotineira, não implica em divisão rigorosa de tarefas e operações, mas, onde já se processa com base em tecnologia moderna, repete o fracionamento programado de operações, passos, etc., por grupos e indivíduos, tornando o trabalho além de monótono, sub-utilizador e limitador da capacidade criativa do homem. Qual quer tipo de divisão racionalizada do trabalho no campo é agravado ainda pelo fenômeno peculiar ao meio rural, ou seja, a distribuição rarefeita da população em seus âmbitos de trabalho - limitando-os ainda mais na possibilidade de satisfazerem suas'' necessidades básicas.

A diversificação de modos de produção e de relações no processo produtivo rural reproduz escalas, estágios, posições através dos quais ficam bem evidenciados os estreitos limites culturais, políticos e econômicos do mundo do trabalho ao qual a maioria da população brasileira está vinculada e dependente.

Incontestavelmente no sistema capitalista o capital possui o domínio do processo produtivo, na medida em que ele detém a propriedade (posse e uso) da terra, dos meios de produção, das matérias primas, do trabalho (seja ele exercido pelo homem, pela máquina ou outras formas combinadas). É deste domínio do processo produtivo que decorre a divisão do trabalho. Por outro lado, diversificadas divisões de trabalho provocam dife-

rentes relações dos indivíduos entre si, com os equipamentos e com os produtos.

Para não se privar dos meios que lhes proporcionam o mínimo para subsistir, o homem do campo brasileiro enfrenta relações de trabalho indesejáveis. Agarrado à terra, cultivando a riqueza, nem sempre chega a conquistar o chão onde enterra a sua força e perde as suas esperanças. De um lado o parceiro, o posseiro investindo na terra de um dono, que nem sempre a conhece; de outro lado o "volante", disputando um sub-emprego, réplica da "canga", hoje já sacramentado pela lei - trabalho de "boia fria", "safreiro", etc. Neste quadro de contradições muitas vezes não é possível identificar claramente os graus e gêneros de relações de trabalho.

Estas reflexões apontam para análises de situações do mundo do trabalho rural tidas como já ultrapassadas, historicamente, nos dias atuais: (a) uma primeira situação seria a dos que exploram a terra em regime de arrendamento, como se o uso lhes atribuisse algum direito. O domínio mesmo efêmero da terra estimula os parceiros ou rendeiros a aplicar o fruto do trabalho em benfeitorias, sem qualquer garantia futura; (b) uma segunda situação a dos posseiros, que migrando em busca do sustento avançam na fronteira agrícola, trabalhando a terra para satisfazer algumas necessidades básicas iminentes. Desbravam áreas desconhecidas desgastando sua força, sem ter ao menos a garantia de obter a posse do chão ilusoriamente conquistado; (c) uma terceira situação é representada pela presença, nas propriedades rurais, de trabalhadores agregados, sobre os quais o senhor da terra incorpora a exigência de excessivas obrigações, o direito de exercer relações de domínio - apropriação da força de trabalho, da capacidade criativa, da vontade e até mesmo dos desejos.

C. Relações de dependência dos programas de educação rural

A educação reclamada pelas populações rurais como ne-

cessidade básica, é a prática educativa que atinge o homem na sua totalidade. O homem do campo vivendo na sociedade, como'' qualquer outro enfrenta as barreiras da divisão das classes sociais, da divisão do trabalho manual e intelectual e sobretudo a dicotomia "vida rural" - "vida urbana".

O projeto educativo deve, assim, fundar-se em diretrizes que unam escola e trabalho para, juntamente com a sociedade caminhar na busca da modificação da natureza, na mudança'' consciente do comportamento da própria sociedade e de cada homem.

No exame das propostas de educação rural, desenvolvidas no Brasil, pode-se constatar, em grande parte delas, a inadequação, a impropriedade face às aspirações (necessidades) das populações. Este fator seria suficiente para desautorizar o gasto público e o custo humano em novos programas, que viessem a repetir os mesmos caminhos, fundados em intenções que não parecem responder aos projetos de vida das populações que intencionalmente seriam atingidas.

Para analisar as relações de dependência dos programas de educação rural é importante ressaltar os papéis de diferentes atores: (a) promotores e patrocinadores (instituições'' públicas ou privadas que possibilitam e financiam tais programas); (b) agentes "beneficiários" (população rural); (c) agentes do processo educacional (professores, planejadores, supervisores, agentes de formação profissional, extensionistas rurais, educadores de base, etc.).

1) Os programas de educação rural são expressos em propostas que se engendram tendo como pano de fundo discursos que devem referendar as diretrizes da política de governo da época, e mais que isso, os interesses dos financiadores indiretos. Os discursos são capeados, geralmente, por uma retórica que carrega tons e aquecimentos adequados às cores e ao clima do momento; incluem uma terminologia que vem sendo veiculada nos "países em desenvolvimento" com intensidade ideológica que

também é dosada adequadamente ao meio onde são difundidos. O poder de penetração dos programas parece estar na dependência do uso apropriado de certas palavras que crivam o discurso procurando imprimir-lhe força e potencialidade para provocar a aceitação das populações - não somente quanto aos objetivos a que se propõem, mas sobretudo quanto ao impacto de seus efeitos. Tudo indica que alguns vocábulos seriam uma espécie de fio condutor da comunicação em busca de sucesso para as ações a serem desenvolvidas. É possível constatar hoje que tais expressões vão perdendo o poder mágico de atrair gente. O uso abusivo das mesmas as enfraqueceu, fazendo-as passar despercebidas na rotina do dia-a-dia; o tempo gastou-as, transformando-as em estímulos contrários ao ato de educar, crescer e conquistar direitos e liberdades.

Entre as "plataformas" dos programas de educação rural e as "necessidades" expressas pelas populações, há um espaço vazio: as "plataformas" refletem, normalmente, as diretrizes de fora, traduzem aspirações de outros. Impostas de cima, chegam aos supostos "interessados" sem que lhes seja perguntado o que trazem em comum com a sua cultura, com suas expectativas. As "necessidades" que exprimem o sentir, o pensar e o querer de quantos acreditam e têm na esperança concreta o ponto de apoio para as suas lutas, nem sequer são consideradas.

Identifica-se claramente aí, a ambiguidade, que estamos chamando de espaço vazio, ou seja, a distância entre o que é trazido de fora para o âmbito das áreas rurais já rigidamente programado e as "necessidades" das populações a serem satisfeitas, diga-se, sem qualquer poder de barganha.

As informações quando analisadas, poderão, sem dúvida, levar-nos a confirmar também outro gênero de problemas: a sucessão de programas numa mesma área geográfica. Programas surgem substituindo outros, sem que nem mesmo se saiba os resultados dos primeiros e os objetivos dos que os substituem. Trazem sempre discursos mais bem adaptados ao momento; siglas mais expressivas, infra-estruturas mais modernizantes; deslocam equipes e alocam outras, algumas vezes no mesmo espaço físico.

A retórica da nova proposta recoloca nos devidos espaços aquelas palavras (usuais nos discursos anteriores), que parecem constituir um eixo, um arcabouço recortado pelas mesmas idéias que provocaram o início de programas em décadas passadas.

O surgimento de uma nova proposta no lugar daquela que já estaria se desgastando não emerge sob forma de renovação ou de conquista potencializada pelas populações. Ao contrário, a população está sempre alijada destas decisões, que via de regra, emanam de fora.

2) O que se chama de "realidade da população" é, quase sempre, em tais programas, visto como um complexo de carências, como uma realidade negativa. A carência econômica e suas sequelas merecem sempre, em tal esquema, um tratamento segundo o qual tudo mais não passaria de corolário dessa carência econômica fundamental, encarada em tal discurso, ou por este manipulada de tal forma que termina sendo um determinante absoluto. Vê-se então no homem do campo um desnutrido (carente de alimentos); ignorante, (carente de informações); doente, (carente de saúde); isolado, (carente de contatos com o exterior); anômico (carente de laços sociais sólidos e conscientes, ou avêso à solidariedade social).

Será preciso, portanto, alimentá-lo, informá-lo curá-lo, aproximá-lo do mundo e criar para ele uma rede social e identificar seu papel relativo dentro dessa rede.

Sem discutir o óbvio de que tais populações são realmente subnutridas devido a um desfavorável "arranjo" econômico, isto é, em função de estruturas produtivas cuja lógica interna demanda sua exploração, e não por ignorância ou apatia, resta contudo esclarecer se são vividas universalmente realidades como informação, saúde, laços sociais ou solidariedade social.

Acrescente-se que tais populações participam de uma economia de mercado mais ampla produzindo às vezes para exportação. Encontram-se, integradas na estrutura econômica nacional, embora em posição desfavorável.

Para as populações, a mudança dos programas (rótulos, equipe, financiador, etc.) não passa despercebida, mas também não chega a se transformar em objeto de discussões. Os agentes mobilizadores se encarregam de angariar os adeptos que julgam suficientes para as novas promoções.

Há que registrar também o testemunho explícito da crença ou mesmo convicção de algumas populações nos programas de educação rural aos quais se integram. Seria oportuno saber a que fatores pode ser debitado esta aceitação? Aos agentes mobilizadores? Aos conteúdos dos programas? As formas de implementação na realidade? Ao ritmo das instituições patrocinadoras? Evidentemente as populações rurais sabem que em áreas despovoadas, onde foram implantados os projetos de colonização da década de 30, existem hoje cidades prósperas; não se desconhece que grotas áridas atualmente estão transformadas em grandes açudes; estradas ligam importantes centros urbanos, permeando aglomerações nascidas em torno de "projetos integrados rurais"; redes elétricas cortam os espaços atraídas pela modernização de propriedades rurais.

Resta, porém, conhecer e analisar as causas e também as conseqüências do estágio de carência e de dependência em que se encontram estas populações rurais.

Por que não se começa do "saber" que as populações demonstram possuir? Por que não se espera ouvir suas propostas antes de esmagá-las com soluções pré-definidas? Por que não deixar que as propostas se manifestem através de palavras do mundo das populações que expressam o sentido da vida, da preservação, de senso comum, cujas raízes se fincam na terra?

Onde foram recolhidas, para preservação, as tradições culturais destas populações? Em que espaço se dão as discussões dos camponeses que pretendem dizer o que sabem, o que pensam e como arquitetariam os seus empreendimentos? Como são multiplicadas as descobertas que a sabedoria popular - sem se dar conta - passa como contribuição às ciências? Quando estariam as populações rurais suficientemente adultas para constituírem os seus

próprios grupos de pressão, de formação, de captação de recursos? De representatividade nas instâncias do Poder, aos níveis em que os demais cidadãos do país têm acesso?

Como as populações rurais poderiam abrir brechas no sistema para discutir os processos atuais que estabelecem e disciplinam as políticas Econômicas e Sociais, no bojo das quais a Educação entra como um dos suportes?

3) Os agentes do processo educativo assumem diferentes papéis no sistema, podendo no entanto serem centrados em dois grupos para fins desta discussão. Num dos grupos situaríamos os agentes que participam das instâncias da gestão do processo - planejadores, supervisores, avaliadores, etc. - na maioria das vezes implementando programas traçados em instâncias superiores, redefinindo metas, opinando na escolha do pessoal da base. Num segundo grupo situaríamos os executores do processo pedagógico - o professor, o mobilizador, o agente de extensão - a quem caberia o papel de com as populações promover a ação educativa propriamente dita.

a) Os agentes que partilham da gestão do processo educativo repetem que uma efetiva intervenção rural só tem sentido quando é acompanhada de medidas educacionais eficazes capaz de transformar as estruturas, realizar a modernização da agricultura e elevar os níveis de vida das populações; afirmam que o desenvolvimento rural deve vir junto do desenvolvimento global e vice-versa, e, para tanto, é necessário acelerar o ritmo de crescimento dos setores tradicionais; reconhecem que a educação deve ser planejada e realizada a partir das necessidades de cada região.

Há, todavia, que analisar as distorções evidenciadas'' quando se examina detidamente a atuação de muitos desses planejadores, supervisores e outros que atuam dentro dos mesmos princípios. Via de regra eles não ultrapassam fisicamente os limites de seus gabinetes e mentalmente se comportam apenas como canal de comunicação. Não chegam a se deter para conhecer os

problemas das populações evitando tumultuar suas estratégias, "calcadas em programas que acreditam serem mais consistentes. Debitam os insucessos dos programas à deficiência dos "recursos" humanos" da base, à falta de programação e às deficiências da estrutura administrativa.

b) Os professores rurais, os mobilizadores de base os especialistas de formação profissional distinguem-se, normalmente, no seu meio, das demais pessoas pela tenacidade e coragem de levar mais longe a tarefa de educar. Persistem em transmitir o que sabem.

Acreditam na educação como fator de desenvolvimento do homem. Tornam-se tipos que inspiram confiança e admiração às populações e com isto muitas vezes conseguem mobilizá-las para o "progresso".

Embora nem sempre seja originário da área onde trabalha, o educador rural adquire, quase sempre, uma tal afinidade com o meio social, com as aspirações das gentes etc. que termina sendo um dos mais representativos mediadores das populações. Ao educador rural parece aplicar-se a afirmativa de que "a opção profissional, no campo da educação, quase sempre vem precedida de uma vocação, mas este aspecto tem sido percebido de maneira inadequada. Os planos, programas e projetos têm sido estabelecidos, minimizando a variável professor e a dimensão subjetiva da sua vocação e do "sacerdócio", recursos naturais que não têm preço e que devem ser adequadamente valorizados".¹

D. Educação como ato de participar

Parece haver uma concordância aparentemente tranquila (explícita) em todos os programas de educação destinados às populações rurais, quanto à necessidade da sua participação nas atividades empreendidas. Fazemos sobre este tema algumas considerações: a primeira refere-se à sensível discrepância que se coloca na maioria dos discursos sobre o significado, ou mesmo os significados de participação; a segunda, estreitamente rela-

cionada à primeira, aponta para o sujeito da participação - afinal quem deve participar, ou não está participando? A terceira é uma decorrência das duas anteriores - como participar?

Seria inadequado tratar apenas de forma abstrata ou teórica este tema. Isto não impede, porém, que se reflita sobre aspectos que lhe são pertinentes. Parece ser óbvio que o significado de "participação" e os "agentes que devem" participar estão intimamente relacionados com a proposta específica de participação. Analisando, por exemplo o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos em suas linhas de atividades intersectoriais, "a prioridade concedida à educação no meio rural há de realizar-se em consonância com a política nacional agrícola, particularmente com a dimensão voltada para os produtores e assalariados rurais de baixa renda. Dentro da ótica de conferir ao processo inserção total dos interessados no meio ambiente cultural, partindo de sua participação ativa, a própria vida agrícola deve figurar como parte constitutiva do currículo e da organização do ensino. Sem desmerecer outros programas, destaca-se o envolvimento necessário com as iniciativas voltadas para as comunidades rurais carentes, para a promoção dos pequenos produtores e assalariados, bem como para a influência tecnológica e associativa, visando, sobretudo, à melhoria das condições de vida e de participação".²

Seria demasiado complexo discutir aqui aspectos que estão aí sinalizados tais como: "produtores e assalariados rurais de baixa renda", "inserção total dos interessados no meio ambiente cultural", "participação ativa", "comunidades rurais carentes", "promoção dos pequenos" ... "melhoria das condições de vida e de participação". Sabe-se porém que eles estão refletidos e refletindo fenômenos como dependência, marginalização, carência, entre outros.

Preferimos destacar para concluir este estudo o sentido da proposta educativa neste emaranhado de contradições.

O ato de participar supõe a adesão consciente a um projeto; é dirigido a uma determinada proposta. Assim, a educação rural que se programa participativa deve ter claramente explícita a sua proposta educativa.

Participação no processo educativo é uma ação formadora (ação pedagógica), através da qual as pessoas, as populações reforçam ou conquistam espaços mais amplos e integrados'' aos seus projetos de vida.

As populações rurais transmitem das mais diferentes formas as suas tradições, seus princípios educativos, seus valores culturais revelando conhecimentos refletidos das diferentes instâncias da vida (trabalho, religião, lazer, etc.). Sente-se que, em grande parte destas populações, é forte a necessidade demonstrada de tornarem seus "saberes" conhecidos, mesmo que nem sempre tenham sido encorajados a preservá-los.

Sem maiores explicações teóricas, as populações rurais explicitam no dia-a-dia a sua prática educativa, as formas' de comunicação apreendidas na tradição na medida em que se situam na sociedade, refletindo as maneiras de convivência as formas de trabalhar, os hábitos de alimentação e higiene, as práticas religiosas e culturais.

Assim entendidas, as populações sentem, pensam, têm consciência de suas necessidades, de suas potencialidades; expressam de diferentes maneiras sua reação, sua aceitação às normas de conduta que são impostas pela superestruturura jurídica, política, econômica, etc. Não seria o processo educativo'' que estas populações reclamam uma ação ligada às suas atividades desenvolvidas no cotidiano, no sentido de transformá-las, enriquecê-las ou multiplicá-las?

O papel dos agentes de formação no contato com tais populações deveria centrar-se na articulação com as mesmas para elaborar o "saber" a ser transmitido a partir do real levantado na estrutura econômico-social, explicitando assim o objeto de uma ação conjunta na sociedade. A participação entraria'

nesta perspectiva incorporada à proposta pedagógica transformando o "saber" das populações em princípios disciplinadores dos conteúdos pedagógicos e da prática participativa. Exemplificando: a participação contribuiria para reforçar a adequação dos conteúdos de ensino às necessidades de conhecimentos explicitamente demonstrados e requeridos; o ato de participar seria um fator impeditivo à prática manipuladora que os processos didáticos normalmente carregam; a participação evidenciaria a consciência da necessidade de reforço teórico na construção do objeto, preservando com firmeza a relação educação-sociedade.

Talvez a educação pudesse partir da exploração dos conceitos de "possíveis" - o "possível dialético" que E.Bloch¹ indica como a definição do próprio princípio de esperança.

A partir da "Exploração objetiva" do conceito de "possível" que E.Bloch chama o "Benjamin dos grandes conceitos". O que é elucidado aí é a energia que impele de uma maneira motriz ao conflito com a realidade. É aí que se opera a ligação entre romantismo e utopia enquanto fundamentos da emancipação revolucionária do homem. Numa tal perspectiva, a consideração da prematuração em relação a seu destino, insiste na necessidade de vencer os obstáculos materiais, mas mostra também o que está² além dessa necessidade; trata-se, como o observa S.Debout, de "retomar o gênio íntegro ... das intenções deturpadas, e como encantadas, ao longo de um esforço milenar". A análise crítica que a utopia propõe, não é de ordem cronológica, permanece uma "previsão morfológica", um estudo anatômico que dá conta da constituição para além de uma aparência, de um dado, que põe a descoberto elementos estruturantes e que restabelece esses elementos em sua relação mútua. É a ligação do sonho e da praxis³ que se esboça e que se torna probante e que os movimentos sociais não cessam de indicar³.

Trabalhar a conduta educativa explorando peculiaridades como propõe H.Desroche, "de algum modo "desarmada" ou em todo caso com o mínimo de instrumentos compensado por um máximo de criatividade pessoais". Isto implica em tratar "técnicas do

espírito" análogas às "técnicas do corpo". "O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem". "Situar-se 'além do espaço e do tempo', abater os muros que cortam as instâncias educativas da sociedade, encher os fossos que separam o trabalho'' da formação, suprimir a distância que a idade coloca entre as gerações, suprimir os compartimentos onde se vive e se desenvolve a cultura são condições concretas para construir educação⁴.

Além disso, há o objetivo próprio da educação, que cada população deve ter o direito de conquistar, sem o que a educação estaria desenraizada da vida, das necessidades de cada'' grupo participante. E é fundamental ter presente que "não se pode lutar sem ter em mira o objetivo pelo qual se luta"⁵.

NOTAS

1. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria Geral. Subsídios para a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos. Brasília, MEC, 1979 p. 25.
 2. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, 1980-1985. Brasília, 1980.
 3. Ver MAFFESOLI, Michel. Histoire et utopie. L'Homme et la Sociéte, Paris, (31/32): 149-60, jan./juin, 1974. Ver ainda sobre o assunto, FURTER, Pierre. O princípio de esperança. In: —. Dialética da esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 101-15.
 4. DESROCHE, Henri. Apprentissage 2. Éducation permanente et Créativités Solidaires: Lettres ouvertes sur une utopie d'université hors les murs. s.n.t.
 5. TROTSKI, Leon, Leon. A revolução permanente. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979 p. 76.
- * Este trabalho contém idéias discutidas em "Questões e contradições da Educação Rural no Brasil" - CALAZANS, Maria Julietta Costa, MEIRA DE CASTRO, Luiz Felipe e SILVA, Hélio Raimundo, 1979.

Ministério da Educação e Cultura
Secretaria de Ensino Superior
Subsecretaria de Desenvolvimento Acadêmico
Coordenadoria de Ciências Humanas e Sociais

A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

O Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural dá ênfase à integração das populações rurais à sociedade brasileira como forma de acesso aos bens sociais e culturais. Suas principais diretrizes procuram, de um lado, simplificar o processo administrativo do ensino e, de outro, buscar meios de comunicação didático-pedagógica ao nível do entendimento do homem do campo.

Tres direções estão previstas para o programa: a) educação-integração; b) educação-produção; e c) educação-cultura. Na primeira, serão desenvolvidos projetos com vistas à integração do educando na comunidade social; na segunda, os projetos deverão contribuir para um melhor desempenho do homem rural; e, na terceira, a ênfase recairá no desenvolvimento da cultura local "para autenticá-la como expressão de vivência e da criatividade do meio rural...".

Para a direção I, algumas metas já foram delineadas: reformulação de todos os currículos rurais dos Estados do Nordeste (4 séries iniciais); edição de cartilhas de alfabetização para todos os Estados do Nordeste; implantação de órgãos municipais de educação em todos os municípios.

Para as direções II e III as metas não foram ainda explicitadas.

Em decorrência dessa nova política educacional e de seus primeiros desdobramentos operacionais, pergunta-se de

que forma poderá a Universidade contribuir?

A região Nordeste possui 16 universidades. Algumas já lograram reunir recursos humanos de alta qualificação, tanto na área de ciências humanas e sociais, quanto na de ciências agrárias, saúde ou tecnologia. São inúmeros os programas de pós-graduação existentes, inclusive em sociologia rural. O que tem faltado a essas instituições é um entrosamento mais efetivo com as populações marginalizadas. Esta situação vem dificultando a busca de um ensino mais realista e voltado para os problemas sociais que requerem urgente solução. A Secretaria de Ensino Superior, dentro desse novo contexto de política educacional, tem procurado, sistematicamente, orientar sua ação em relação às universidades, no sentido de sensibilizar essas instituições para uma mudança de postura no que se refere ao papel que devem desempenhar na comunidade. Trata-se, fundamentalmente, de abandonar comportamentos academicistas estéreis, substituindo-os por combates substantivos às questões sociais que afligem o homem nordestino.

Seguramente, as universidades do Nordeste têm condições de oferecer uma contribuição significativa ao problema da educação básica daquela região. O que tem faltado até agora, são políticas educacionais que viabilizem o aproveitamento do enorme potencial das universidades. A nova política educacional poderá, dependendo do esforço que se vier a fazer para a configuração de um sistema educacional orgânico e coerente, inaugurar uma nova e promissora etapa em nossa educação.

Com vistas à operacionalização do envolvimento das universidades nos problemas da educação básica, poder-se-ia pensar nas seguintes possibilidades:

1. Na direção I - educação-integração, que se realiza através da escolaridades mínima de 4 anos, a universidade, por intermédio de seus centros especializados, poderia:

a) instaurar um processo de pesquisa aplicada

sobre a educação rural com o objetivo de fornecer subsídios para a definição de políticas educacionais para o meio rural e para a elaboração de material didático-pedagógico adequado ao tipo de clientela que se pretende educar e integrar;

b) colaborar na reformulação de currículos e na confecção de material didático (cartilhas de alfabetização, por exemplo);

c) assessorar os municípios na criação de órgãos municipais de educação, inclusive treinando recursos humanos para esse fim;

d) treinamento de professores e supervisores para o meio rural;

e) elaborar textos para a biblioteca do meio rural;

f) contribuir na concepção de prédios escolares, desenvolvendo modelos simplificados e adequados ao meio rural;

g) criar condições para que os estudantes de licenciatura sejam agentes da educação rural, contabilizando tais atividades como créditos do curso de graduação.

2. Na direção. II - educação-produção, que objetiva a mudança das formas convencionais de produção, os centros universitários de ciências da saúde e de ciências agrárias, sobretudo, podem oferecer uma grande contribuição:

a) estágios rurais dos estudantes de medicina, enfermagem, nutrição, etc. contribuindo na elevação dos padrões de saúde;

b) programas de extensão agrícola para a difusão de tecnologias ao pequeno agricultor, treinamento de recursos humanos, etc.;

c) experiências com programas radiofônicos para o meio rural.

3. Na direção III - educação-cultura, que aglutina os esforços dos anteriores, os departamentos de sociologia ou de antropologia poderiam voltar seus programas de pesquisas para os problemas do homem rural, oferecendo subsídios para ações mais realistas. Também os departamentos de letras, com pesquisas sobre o universo vocabular das populações rurais, seriam um excelente ponto de apoio.

As possibilidades arroladas, nem de longe esgotam o leque de contribuições do meio universitário. Na medida em que os projetos começarem a ser discutidos conjuntamente pelos diversos órgãos do MEC, tanto a nível central como regional, outras alternativas surgirão, e com reais possibilidades para a instauração de uma pedagogia verdadeiramente social. E se isso ocorrer, como esperamos, o processo educacional deixará de ser irrelevante.

Anexo

Universidades com Potencial para Participar do Programa de Ações Sócio-Educativas para o Meio Rural

Universidade Federal da Bahia - pela qualidade dos recursos humanos que possui nas várias áreas do conhecimento.

Universidade de Feira de Santana - por sua localização geográfica e pelo progresso alcançado nos últimos anos.

Universidade Federal de Alagoas - vem apresentando boa evolução em termos de recursos humanos. A nova administração está com o firme propósito de dinamizar a participação comunitária.

Universidade Federal de Pernambuco - pela qualidade dos recursos humanos que possui. Além disso vem desenvolvendo algumas experiências de real valor na área da medicina social.

Universidade Federal Rural de Pernambuco - por sua experiência no meio rural.

Universidade Federal da Paraíba - pelo progresso alcançado nos últimos anos e pelos centros universitários que possui no interior do Estado.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - a nova administração já manifestou o desejo de contribuir com o ensino de 1º e 2º graus.

Universidade Federal do Ceará - pela qualidade dos recursos humanos que possui e pelo propósito de contribuir com a nova política de educação.

Universidade Federal do Maranhão - já manifestou o desejo de concretizar uma maior abertura para a comunidade.

Universidade Federal do Piauí - por sua localização e pelo propósito em imprimir maior dinamismo às ações comunitárias.

Brasília, 21.01.80

Ed. Rur.

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DO MARANHÃO

- I - Revitalização do Projeto "João de Barro" compreendendo:
 - a - suplementação salarial de professor;
 - b - corpo de supervisores;
 - c - supervisores intermediários;
 - d - conjuntos de material de ensino. Cr\$ 6.000

- II - Produção de Projeto de Alfabetização, de Video-Cassete para treinamento de professores e material para reprodução (TVE) Cr\$ 10.000

- III - Desenvolvimento de Educação-Produção na área de pesca litoranea do Maranhão, com preendendo implantação de 10 Escolas de Prática de Pesca Cr\$ 10.000

- IV - Implantação de Órgãos Municipais de Educação em 50 municípios Cr\$ 6.000

- V - Construção e equipamento de 2 Escolas - Fazenda no interior do Maranhão Cr\$ 15.000

- VI - Produção e impressão de livro de 1ª série Cr\$ 6.000

- VII - Implantação de Escolas Hortigrangeiras para menores carentes na zona rural do Município de São Luís Cr\$ 30.000

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DO PIAUÍ

I - Implantação de Órgãos Municipais de Educação em 50 municípios incluindo: a - treinamento de pessoal; b - suplementação salarial; c - aquisição de equipamento.	Cr\$ 6.750
II - Fortalecimento do sistema de coordenação do Promunicípio incluindo atendimento aos 50 OME a serem implantados	Cr\$ 2.000
III - Implantação da estrutura intermediária com montagem de 5 Delegacias Regionais	Cr\$ 5.000
IV - Suplementação salarial de professores municipais	Cr\$ 30.000
V - Produção e edição de material de ensino -aprendizagem para 1ª. série da zona rural	Cr\$ 6.000
T O T A L	Cr\$ 49.750

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DO CEARÁ

I - Suplementação salarial de Professores Municipais, em municípios que mantenham OMEs	Cr\$ 45.000
II - Elaboração de material de ensino-aprendizagem para a 1ª. série da zona rural	Cr\$ 7.000
III - Construção de edifício-sede de 1 Delegacia Regional	Cr\$ 5.000
IV - Custeio do sistema de acompanhamento às escolas rurais, pelas supervisoras regionais	Cr\$ 10.000
V - Desenvolvimento de Colonias de Pesca-profissionalização na orla marítima	Cr\$ 15.000
VI - Desenvolvimento da profissionalização de hortigrangeiros	Cr\$ 15.000
VII - Apoio às Escolas agrícolas	Cr\$ 10.000
T O T A L	Cr\$ 107.000

VIII - Suplementação salarial de	Professoras	
Municipais		Cr\$ 30.000
	T O T A L	Cr\$ 113:000

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

I - Criação de 61 Órgãos Municipais de Educação	Cr\$	4.600
II - Complementação salarial de 2.200 professores da zona rural	Cr\$	29.700
III - Reforço à estrutura organizacional da SEC	Cr\$	3.065
IV - Produção, edição e distribuição de material ensino-aprendizagem para 1ª. série do meio rural	Cr\$	6.150
V - Apoio à Escolas Agrícolas	Cr\$	18.000
VI - Complementação financeira ao Plano de Ação do SITERN para o ano de 1980	Cr\$	9.000
T O T A L	Cr\$	70.515

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DA PARAÍBA

- I - Assistência técnica e financeira ao Colégio Agrícola do Catolé do Rocha incluindo:
- a - atualização das instalações para internato;
 - b - unidades de auto sustentação;
 - c - suplementação salarial dos professores;
 - d - treinamento do corpo docente e administrativo Cr\$ 11.500
- II - Apoio aos Órgãos Municipais de Educação Cr\$ 5.280
- III - Reformulação do Subsistema de Supervisão incluindo:
- a - treinamento;
 - b - reforço da equipe;
 - c - complementação salarial Cr\$ 5.000
- IV - Apoio Técnico a nível de Estrutura da SEC incluindo:
- a - gratificação;
 - b - contrato direto pelo programa;
 - c - assessoramento;
 - d - consultoria;
 - e - estágio para universitários. Cr\$ 3.000
- V - Desenvolvimento de Cultura Rural envolvendo:
- a - aquisição de instrumento;
 - b - treinamento de músicos;
 - c - formação de cooperativas de artesanato;
 - d - construção de campos de futebol Cr\$ 5.220

VI - Complementação salarial para professores da rede municipal	Cr\$ 44.000
VII - Produção e edição de Material de Ensino - Aprendizagem para o meio rural	Cr\$ 6.000
T O T A L	Cr\$ 80.000

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

I - Elaboração e impressão de livros texto para alfabetização de crianças da zona rural e elaboração de material de apoio à alfabetização	Cr\$ 15.000
II - Apoio aos Órgãos Municipais de Educação	Cr\$ 10.000
III - Complementação salarial de professores municipais	Cr\$ 62.000
IV - Apoio a 2 Escolas Agrícolas de Palmares	Cr\$ 10.000
T O T A L	Cr\$ 97.000

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DE ALAGOAS

I - Elaboração de Materiais de Ensino-Apre <u>n</u> dizagem para a 1a. série Rural-Alfabeti <u>i</u> zação	Cr\$	7.000
II - Apoio às ações das Coordenadorias Regio <u>n</u> ais (12) quanto à rede de ensino muni- cipal rural incluindo: a - Transporte b - Suporte Salarial às supervisoras in <u>i</u> termediárias c - Ajuda de locomoção de supervisoras	Cr\$	6.000
III - Ampliação de 1 coordenadoria São Mi- guel ou Passo de Camaragibe	Cr\$	5.000
IV - Apoio ao Projeto Pesca (para 10 municí- pios)	Cr\$	10.000
V - Suplementação Salarial de professores ' municipais	Cr\$	37.000
VI - Apoio à construção de Colégio Agrícola ' em Arapiraca	Cr\$	15.000
T O T A L	Cr\$	80.000

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DE SERGIPE

I - Elaboração de Material de Ensino-Aprendizagem inclusive impressão e distribuição	Cr\$	7.000
II - Fortalecimento das equipes técnicas da SEC	Cr\$	2.000
III - Fortalecimento do sistema de Supervisão Contrato de Professores orientadores de áreas	Cr\$	3.000
IV - Suplementação salarial de professores municipais até o nível de salário mínimo	Cr\$	27.412
(Parcela do INPS para município anual)	Cr\$	8.768
TOTAL	Cr\$	36.180
V - Elaboração de Material de Geografia para a escola primária de Sergipe (<u>Equipe de Universidade</u>)	Cr\$	1.500
VI - Treinamento de professores de Matemática para a zona rural	Cr\$	1.000
VII - Aquisição de 10.000 carteiras escolares para escolas de zona rural	Cr\$	7.500
TOTAL	Cr\$	58.180

PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS

PARA O MEIO RURAL

PROPOSTA PRELIMINAR DO ESTADO DA BAHIA

I - Construção e equipamento de uma (01) sede de Coordenadoria Regional (Jequié ou Vitória da Conquista)	Cr\$	5.000
II - Implantação de Sistema de Supervisão em 20 Coordenadorias Regionais	Cr\$	19.000
III - Distribuição de mobiliário escolar para 335 Municípios	Cr\$	15.000
IV - Assistência financeira a 355 Municípios para manutenção e melhoria do seu Quadro de Pessoal do Magistério	Cr\$	72.950
V - Produção, impressão e distribuição de livro didático específico para a Zona Rural de 335 Municípios	Cr\$	18.600
VI - Implantação de 156 Órgãos Municipais de Educação	Cr\$	22.700
VII - Mobilização Cultural, através promoção concurso público literário	Cr\$	500
VIII - Implantação de estrutura de auto-sustentação em 02 Escolas Agrotécnicas	Cr\$	10.000
Administração do Programa		
TOTAL	Cr\$	163.750

PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES SÓCIO-Educativas e Culturais para o meio Rural

PROGRAMAÇÃO / OBJETIVOS	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	R.G.DO NORTE	PARAIBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAHIA	TOTAL
01 - Revitalização de Projetos Existentes	6.000									6.000
02 - Valorização de material para Aljabu- tização - TUE	10.000									10.000
03 - Educação Produção - Pesca	10.000		15.000				10.000			35.000
04 - Apoio à Administração Municipal OMES	6.000	6.750		4.600	5.280	10.000			22.700	55.330
05 - Apoio a Colégios Agrícolas	15.000		10.000	18.000	11.500	10.000	15.000		10.000	89.500
06 - Implantação de Escolas Hortigrangeiras	30.000		15.000							45.000
07 - Elaboração e Produção de Material de Ensino Aprendizagem para o meio rural (1a. série)	6.000	6.000	7.000	6.150	6.000	15.000	7.000	7.000	18.600	78.750
08 - Apoio à Administração Intermediária - Delegacias Regionais		5.000	5.000				5.000		5.000	20.000
09 - Apoio à Administração Intermediária - Supervisão.			10.000		5.000		6.000	3.000	19.000	43.000
10 - Apoio à Administração Central SECs		2.000		3.065	3.000			2.000		10.065
11 - Aquisição de Equipamento Escolar								7.500	15.000	22.500
12 - Treinamento de Recursos Humanos (mate- mática p/ zona rural)								1.000		1.000
13 - Elaboração de material de Geografia p/ zona rural								1.500		1.500
14 - Incentivo Financeiro a professores mu- nicipais	30.000	30.000	45.000	29.700	44.000	62.000	37.000	36.180	72.950	386.830
15 - Desenvolvimento Cultural					5.220				500	5.720
16 - Plano de Ação do SITERN/1980				9.000						9.000
	113.000	49.750	107.000	70.515	80.000	97.000	80.000	58.180	163.750	819.195

PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS

E CULTURAIS PARA O MEIO RURAL

I - ATO OFICIAL DE CRIAÇÃO.

Por Portaria de 2 de janeiro de 1980, o Exm^o Sr. Ministro da Educação e Cultura instituiu o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural, com a finalidade de proporcionar, de modo integrado à política de desenvolvimento agro-pecuário, oportunidades de educação básica, combinadas com diversas modalidades de formação especial, notadamente as que se referem à preparação para o trabalho, ao fortalecimento da organização social e econômica, ao desenvolvimento cultural da população e ao desenvolvimento comunitário.

II - Características

O Programa enfatiza a importância que o MEC dá à sua primeira prioridade para os anos 80 - a integração das populações rurais à sociedade brasileira - dando-lhes acesso aos bens sociais. Por isso preferiu desenvolver uma estrutura mais dinâmica e flexível, com capacidade para atuar segundo as condições peculiares de cada região, para polarizar, na direção dos objetivos, todos os órgãos do Ministério, inclusive associar-se a outros ministérios e instituições.

Também associou ao Programa a idéia de ação e execução, dando à sua direção o caráter de Gerência.

III - CONSENSO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO:

A preocupação de reduzir as desigualdades sociais, que se concentram sobretudo nas áreas rurais e nas periferias urbanas, foi consagrada nos documentos oficiais dos últimos seis anos e se oficializa no 3º Plano Nacional de Desenvolvimento. As Diretrizes para o 3º Plano Setorial de Educação e Cultura sintetizam o consenso da política social do governo do Presidente Figueiredo nos seguintes trechos:

- a) "A Educação, considerada na ótica da política social, compromete-se a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade estruturalmente democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica, ou da força de grupos dominantes. Educação é direito fundamental e basicamente força mobilizadora, encontrando especialmente na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania".
- b) "Como decorrência desse compromisso, o Ministério da Educação elegeu como primeira linha programática a educação no meio rural, na tentati-

va de atuar sobre um dos focos maiores da pobreza no País. Considerando que na área rural temos as menores taxas de escolarização, os maiores índices de repetência e evasão e a maior dificuldade de adequação da educação às peculiaridades da clientela e do meio, encontramos aí um dos desafios decisivos".

IV - POR ONDE COMECAR?

Identificados os bolsões mais deprimentes da pobreza do país como sendo os existentes no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste, decidiu-se por limitação de recursos, concentrar as ações do Programa nessas regiões, com atuação imediata em 1980 no Nordeste e, em 1981, nas duas outras regiões.

V - ALGUMAS LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA.

Um balanço do esforço desenvolvido pelo MEC nos últimos dez anos, em favor da educação, sobretudo nas áreas mais carentes, permite identificar alguns aspectos da administração educacional que estão operando como fatores limitantes de um melhor desempenho em termos de resultados finais. Destacaremos alguns deles, para os quais nos prevenimos, procurando corrigir distorções:

5.1. Planejamento centralizado.

O planejamento centralizado opera com elementos de macro-percepção dos fenômenos e tende a definir grandezas cuja importância se deve limitar a

penas à determinação de políticas e diretrizes. Na prática, os organismos centrais de planejamento não têm condições de atuar a nível de projetos, muito menos estabelecer unilateralmente sistemáticas operacionais, tarefas que são eminentemente personalizadas para cada situação e para cada meta.

No momento que segue à definição de políticas e diretrizes - o da elaboração de projetos - sobre tudo a engenharia dos projetos educacionais, o Planejamento Central falece de sensibilidade para arquitetar a solução dos problemas na sua especificidade. O mais das vezes a administração educacional caminha por um modelo abstrato de respeitável qualidade estrutural, mas, por ser abstrato, não responde às necessidades, nem respeita a tipicidade dos problemas no locus de sua emergência. Então o processo administrativo da educação deixa de ser uma manipulação de variáveis concretas pulsantes no quotidiano vário da realidade, para tornar-se um exercício teórico de natureza acadêmica, em que é muito mais importante a mecânica dos meios do que a semântica dos fins.

Esse tipo de planejamento, inadequado a um programa de educação rural no Nordeste deverá ser revisto. O esforço recente de descentralização, partindo do nacional e descendo ao estadual, prosseguirá até o municipal e o distrital, para captar a participação das comunidades às quais se destinam os esforços educativos.

5.2. Processo de comunicação.

Outro viés da administração educacional para o meio rural parece residir no fato de que os docu

mentos administrativos e pedagógicos que emanam dos escritórios nacionais e estaduais são fortemente influenciados pela linguagem científica e administrativa, carregados de um forte sabor tecnológico e, por isso, não conseguem ser entendidos pelos agentes de ponta do sistema. A primeira consequência é um desvio de objetivos.

Os impasses dessa comunicação podem ser vistos em aspectos importantes da ação educativa como: a) na linguagem dos manuais de instrução; b) na dos livros de orientação didática; c) nos documentos de treinamento de pessoal docente e técnico e d) no próprio conteúdo dos programas das primeiras séries, mais voltados, por exemplo, para a metalinguagem das ciências, do que para os próprios fatos e para as práticas que justificam o seu conhecimento.

Nota-se uma preocupação ingênua de incluir nos componentes curriculares e nos programas de cursos de treinamento muito mais os avanços da ciência, do que o de que os professores e alunos necessitam no meio em que se encontram. Cogita-se de distribuir uma ciência e uma tecnologia inapropriadas às necessidades do meio e exógena a ele. Talvez por essa causa, o esforço de treinamento de pessoal docente, apesar de notável pela quantidade, não tem feito melhorar a produtividade das classes, medida em resultados para os alunos.

5.3. Concepção abstrata dos componentes do Processo Educacional.

A educação pode ser percebida, enquanto ação, numa estrutura do tipo processo-produto. Nesta ó-

tica, deveremos identificar os componentes do processo que levam ao produto desejado. Os componentes seriam o aluno, o professor, o currículo, os materiais de ensino-aprendizagem, os tipos de atividade, os prédios escolares e os componentes culturais da comunidade em que vive a população alvo. E o produto seria o que esses componentes mudam no desenvolvimento do aluno e na vida da comunidade.

Não parece possível organizar os componentes do processo a partir de modelos urbanos e com eles elaborar um sistema rural. O modelo urbano se torna abstrato e irreal para o meio rural. Para usar uma expressão de Ausubel, esse modelo urbano transplantado não tem "ponto de ancoragem" na realidade rural.

Resta necessário conviver com as comunidades rurais, planejar com elas a ação educativa, a partir do seu habitat e da sua experiência, que faz a sua cultura.

5.4. Concepção messiânica do papel da Educação.

Uma outra constatação sobre a ação educativa no meio rural é que sua prioridade se justifica porque atuará sobre os segmentos menos favorecidos da população brasileira. Esses segmentos são as classes de menor poder aquisitivo e que vivem em regime de pobreza absoluta. Tende-se a inferir dessa constatação que a ação educativa por si só traria a solução de todo o problema, o que não parece correto. Parece-nos, como diria Schumacher, o maior recurso, não o único. No cerne da pobreza absoluta reside a carência de condições de produção e produtividade que permitam o excedente redu-

tor da miséria. A educação pode ser uma dessas condições.

Um programa educacional para o meio rural se obriga a relacionar-se estreitamente com o trabalho produtivo. Daí se coloca o problema concreto de compreender que o esforço do setor educacional isoladamente não contribui necessariamente para solucionar as carências do homem no meio rural, senão que ele é componente de um esforço integrado por outros fatores de mudança das condições de produção que possibilitam a melhoria da qualidade da vida rural. O máximo que se pode pedir da escola, isoladamente, é que seja capaz de ajudar o educando rural a perceber sua realidade e o potencial de ação que está em si e no seu meio. Qualquer superestimativa de resultados, denuncia uma concepção messiânica e utópica do papel da educação.

5.5. Participação da Comunidade:

Todos concordam e proclamam que a participação da comunidade é dado vital no processo de construção das ações educativas, para torná-las geradoras de mudança. Mas não tem ficado muito claro quem é a comunidade ou quem a representa. Também não tem ficado muito claro como a verdadeira comunidade dos que curtem a pobreza absoluta manifesta seus problemas. O mais comum é que se transmita em nome deles um discurso supersticioso de suas necessidades.

A prioridade para prédios escolares pode ser um desses tipos de superstição.

Importa pensar com as comunidades da pobreza os seus problemas e as suas soluções.

5.6. Conclusões deste tópico:

Esse elenco simplificado de lições da experiência nos sugere as seguintes diretrizes para a ação do Programa:

- 1º) Dar ênfase à engenharia dos projetos para o meio rural, estruturando nela componentes compatíveis com o universo da escola rural.
- 2º) Buscar uma simplificação na manipulação dos meios administrativos, adaptando-os às possibilidades locais.
- 3º) Tornar a comunicação didático-pedagógica, a mais simples possível, sem perda de sua substância.
- 4º) Tornar possível a introdução do universo rural nos componentes do processo da educação rural.
- 5º) Dirigir o processo educativo para uma integração com outros processos de atuação em favor das populações no meio rural.
- 6º) Organizar a participação comunitária necessária à condução, por ela, da educação rural.

VI - DIREÇÕES DO PROGRAMA.

Em função do quadro geral em que se encontra a educação no meio rural do Nordeste e respeitadas as cautelas metodológicas acima apontadas, o Programa atuará nas três direções seguintes:

DIREÇÃO I - Educação - Integração.

Nesta direção se enquadram os projetos tendentes a integrar o educando na comunidade social, dotando-o dos instrumentos de comunicação - significantes e significados - que o tornem apto a situar-se no mundo de sua cultura e nela o integrem como agente e participante.

DIREÇÃO II - Educação - Produção.

Esta direção envolve projetos específicos de mudança das formas convencionais de produção ou de a perfeição das atuais. Nesta direção, o setor se integrará em projetos do Ministério da Agricultura, do Interior, do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

DIREÇÃO III - Educação - Cultura.

Esta direção aglutina os esforços do setor educacional pelo desenvolvimento da cultura local, para autenticá-la como expressão da vivência e da criatividade do meio rural que se não deve desfigurar substituído pelos valores urbanos. Esta direção se insere como uma constante no contexto das ações catalogadas nas demais direções e pode assumir objeto próprio em projetos específicos.

VII - PROJETOS DA DIREÇÃO I.

A Educação - Integração se realiza através da escolaridade equivalente à do 1º grau. O estado atual da educação no Nordeste aconselha estabelecer objetivos cen

trados no aperfeiçoamento dos componentes educacionais capazes de assegurar a curto prazo na zona rural, pelo menos 4 anos de escolaridade, começando-se pela oferta do primeiro ano a todos os espaços rurais que o desejem e, seguindo-se cada ano a extensão de mais um ano de escolaridade.

Mesmo o primeiro ano será improfícuo se não se alterarem os processos internos de distribuição da educação. Para tanto, estão cogitados os seguintes projetos:

- Projeto DI - 101 - Elaboração de Currículos Regionalizados que assegurem o desenvolvimento das habilidades universais necessárias à vida individual e social do cidadão, com identificação das situações de aprendizagem coerentes com as realidades espaciais e temporais do educando.
- Projeto DI - 102 - Elaboração de materiais de ensino-aprendizagem adequados ao universo rural da criança, com prioridade para os primeiros anos de escolaridade.
- Projeto DI - 103 - Treinamento de supervisores a partir dos projetos anteriores (01 e 02), para adequar a competência do pessoal do corpo docente rural às necessidades de orientação da prática escolar.

Projeto DI - 104 - Treinamento de Professores.

Este treinamento será voltado prioritariamente para o professor da rede municipal e orientado para uma metodologia do tipo "aprender a fazer, fazendo", como estágio preliminar, para uma posterior reflexão sobre sua própria ação, da qual surge a contribuição da criatividade. Inclui-se neste treinamento a iniciação à liderança comunitária, indispensável à ação do Professor.

Projeto DI - 105 - Apoio às Organizações Municipais de Ensino. Incluem-se neste projeto não apenas as estruturas administrativas municipais, como também os mecanismos locais de participação comunitária na condução do Projeto Municipal de Educação e Cultura, através da constituição de colegiados municipais e distritais de Ação Comunitária.

Projeto DI - 106 - Produção da Biblioteca da Vida Rural Brasileira
Região Nordeste

a) O sentido do projeto - O esforço de implantação de uma rede escolar rural, que desenvolva a capacidade de comunicação, exige a utilização desse instrumental em seu benefício e no seu pró

prio meio. Assim, é necessário criar um acervo de informações capaz de oferecer à população escolarizada do meio rural as respostas de que ela necessita para sua atuação no cotidiano, quer em relação aos aspectos de sua vida pessoal - saúde, higiene, vida afetiva, lazer, interesse pelo mundo - quer no tocante às formas e técnicas de trabalho entendidas como importantes para capacitá-lo a desenvolver no próprio meio, melhores condições de vida. Importa refletir sobre os conteúdos aqui delineados no sentido de que eles dêem ao homem do campo respostas locais aos seus problemas.

b) Engenharia. Releva esclarecer que o projeto se desenvolve integralmente com recursos humanos da região e com engenharia própria.

VIII - PROJETOS DA DIREÇÃO II.

Os projetos desta direção se referem aos esquemas de integração com projetos do Ministério da Agricultura e do Interior e os que o Ministério da Educação poderá desenvolver isoladamente. Estão previstos os seguintes:

Projetos D II - 201/9 - Projetos Educacionais do Polo -

nordeste, de responsabilidade da Sudene, com a cooperação do MEC, um para cada Estado do Nordeste.

Projetos D II - 210/214 - Projetos Educacionais da Barragem do Sobradinho integrado aos projetos Propriã, Ibiuba, Betume I, Betume II e Boacica, da Codevasf, em cooperação com esta Comissão e o Projeto Rondon.

Projetos D II - 215/27 - Reequipamento dos Colégios Agrícolas do Nordeste.

Projeto D II - 218 - Absorção da tecnologia de mini-distilarias de álcool pelos colégios agrícolas, para difusão de pequenas empresas de produção de álcool.

Projeto D II - 219 - Desenvolvimento da produção pesqueira nas costas do Nordeste, com utilização dos recursos humanos das universidades Federais, mediante ação conjunta MEC-SUDEPE - Ministério do Trabalho - Ministério da Agricultura, para geração de mão de obra pesqueira no litoral do Nordeste.

Projeto D II - 220 - Divulgação das oportunidades de crédito agrícola ao produtor rural com ênfase no acesso à propriedade.

Projeto D II 221 - Desenvolvimento e divulgação de tecnologias de produção agrícola e animal que proporcionem aumento real de ren

da familiar dos pequenos produtores rurais.

Esta relação não esgota as possibilidades nesta direção. O seu desenvolvimento será intensificado. O papel do Programa é subsidiário da ação de outros ministérios, com a responsabilidade de suprir as populações dos recursos educacionais necessários. Nesta perspectiva, o MEC dispõe dos recursos humanos e técnicos das Universidades, dos Colégios Agrícolas e dos Centros de Pesquisa.

IX - PROJETOS DA DIREÇÃO III.

Os projetos desta direção se encontram em fase de estudos.

X - METAS DA DIREÇÃO I.

Na Direção I, antes do ano letivo de 1981, espera-se ter atingido as seguintes metas:

1 - Ter reformulado os currículos escolares rurais de todos os Estados do Nordeste.

Quantificação: 9 currículos de 4 séries, um para cada Estado.

2 - Ter editado cartilhas adequadas às zonas rurais em todos os estados do Nordeste.

Quantificação: 9 cartilhas de alfabetização, uma para cada Estado.

3 - Ter implantado órgãos municipais de Educação em todos os municípios do Nordeste.

Quantificação: 646 órgãos novos, completando OMES em todos os 1.318 municí -

pios do Nordeste;

4 - Ter treinado para cada município do Nordeste pelo menos 3 supervisores municipais, capazes de assegurar acompanhamento sistemático das classes rurais.

Quantificação: Treinamento de 3.927 supervisores municipais de Educação.

5 - Ter distribuído para cada aluno do 1º ano de escolaridade, o material escolar necessário.

Quantificação: Distribuição gratuita de 4 milhões de cartilhas de alfabetização, 12 milhões de cadernos escolares, 8 milhões de lápis.

6 - Ter equipado cada classe com o material de apoio ao ano de alfabetização, em todo o Nordeste.

Quantificação: Distribuição de 150.000 conjuntos de material auxiliar de alfabetização.

7 - Ter iniciado a produção dos primeiros 1.000 textos da Biblioteca do Estudante Rural.

Quantificação: Ter editado os primeiros 100 exemplares.

8 - Ter cooperado com a modernização dos órgãos regionais de educação dos 9 Estados do Nordeste, para garantir-lhes condições de administração dos sistemas escolares no interior.

Quantificação: Ter modernizado 50 órgãos regionais de Educação.

9 - Ter oferecido treinamento a todos os professores rurais envolvidos no 1º ano de escolaridade.

Quantificação: 100.000 professores treinados.

10 - Ter instalado pelo menos 250 colegiados municipais de Educação.

Quantificação: Ter iniciado de estruturas de participação comunitária para cerca de 1/5 da população do Nordeste.

XI - METAS DA DIREÇÃO II

As metas desta Direção deverão ser estabelecidas dentro de 60 dias.